



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EDUCATIVAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

**PERCEÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O
*GROOMING ONLINE***

Anabela Marques de Figueiredo

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Educação Social: Intervenção com crianças e
jovens em risco

Orientadora:

Professora Doutora Filipa Coelho, Investigadora, ISCE

Julho, 2020

Odivelas

AGRADECIMENTOS

Esta investigação de mestrado é fruto de um longo caminho repleto de desafios, tristezas, incertezas, alegrias e alguns percalços, mas percorrê-lo só foi possível com o apoio de várias pessoas a quem quero agradecer.

À Professora Doutora Filipa Coelho, pela sua disponibilidade, paciência, ajuda e aconselhamento nas diferentes etapas desta dissertação;

À Professora Fernanda Carvalho pela sua disponibilidade e partilha de conhecimentos académicos;

Ao Dr. Pedro Aires Fernandes, que me acompanhou e orientou enquanto representante da Câmara Municipal de Odivelas;

À minha companheira desta jornada, Ana Rita, pela ajuda, partilha e companheirismo durante este caminho;

Ao meu pais, por me apoiarem e me transmitirem força nos momentos mais difíceis.

Ao meu filho pela coragem, incentivo e pela partilha dos seus sensatos conhecimentos.

Ao meu marido, por ter sido um pilar neste caminho e não permitir que desistisse em momento algum.

A todos/todas os que acreditaram em mim, OBRIGADA!

RESUMO

Com o presente estudo, pretende-se saber a percepção da comunidade escolar do concelho de Odivelas sobre o *grooming online*, assim como as competências que possuem para prevenir ou intervir nos perigos associados ao uso indevido da Internet. Para tal realizou-se uma investigação de natureza qualitativa e quantitativa, de pesquisa exploratória, baseada numa amostra por conveniência da população escolar do concelho de Odivelas. Foram aplicados inquéritos por questionário a estudantes e professores/as. Participaram neste estudo 62 professores/as com idades compreendidas entre os 24 e os 63 anos e 46 alunos/as com idades que variam entre os 11 e os 17 anos de diferentes escolas do concelho de Odivelas. De entre as conclusões do estudo, destaca-se o conhecimento do termo *grooming* em 50% por parte de alunos/as e 37% dos professores/as. A investigação desenvolvida permitiu constatar que a Internet é uma ferramenta de uso diário e com muitas horas de navegação por parte de alunos/as e que é indispensável que se adotem novas atitudes e se capacitem as crianças e jovens com ações promotoras dos fatores de proteção e que previnam o risco.

Palavras-chave: comunidade escolar, educação social, *grooming online*, Internet, redes sociais

ABSTRACT

With the present study, it is intended to understand the Odivelas' school community perception about online grooming as well as its skills to prevent and intervene in Internet misuse dangers. An qualitative and quantitative inquiry was carried out with an exploratory research based on a convenience sample of Odivelas students and teachers.

The aim of this study is to comprehend the knowledge that teachers and students have about online grooming along with identifying the existence of online grooming victims among students. The sample is made of 62 teachers aged between 24 and 63 years old and 46 students aged between 11 and 17 years old from different schools in Odivelas.

It was concluded that only 50% of Odivelas' students and 37% of Odivelas teachers already knew what online grooming was about. This research showed that Internet is a powerful tool used by students on a daily basis. It is imperative to adopt new positive attitudes and enable young people with new actions that promote protective factors and prevent serious risks.

Keywords: school community, social education, online grooming, Internet, social networks.

Índice Geral

Índice de Quadros.....	vi
Índice de Figuras	vii
1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
2.1 <i>Grooming</i>	3
2.2 <i>Grooming online</i>	3
2.3 A idade no <i>grooming online</i>	7
2.4 O sexo no <i>grooming online</i>	7
2.5 Família.....	8
2.6 Os jovens e os riscos do <i>online</i>	9
2.7 Fatores de risco e proteção na utilização da Internet por crianças e jovens.....	10
2.7.1 Fatores de risco.....	12
2.7.2 Fatores de Proteção	13
2.8 Prevenção do <i>Grooming</i>	14
2.8.1 O papel da escola na educação digital e seus riscos.....	15
2.9 Pedagogia Social e Educação Social na promoção da saúde e na prevenção do <i>Grooming</i>	16
3. METODOLOGIA	19
3.1 Questão de partida.....	19
3.2 Objetivos de estudo	19
3.2.1 Objetivos Gerais	19
3.2.2 Objetivos Específicos	19
3.3 Tipo de Estudo.....	20
3.4 Universo e amostra.....	21
3.4.1 Universo - Caracterização e enquadramento geográfico	21

3.4.2 Amostra	23
3.5 Instrumentos	23
3.6 Procedimentos	26
4. RESULTADOS	28
4.1 Descrição dos Resultados.....	28
4.1.1 Descrição dos Resultados dos Alunos/as	28
4.1.2 Descrição dos Resultados dos/as Professores/as	41
4.2 Discussão dos Resultados	49
5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	52
5.1 Conclusões	52
5.2 Limitações.....	54
5.3 Recomendações	55
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
7. APÊNDICES	61

Índice de Quadros

Quadro 1	Descritores das Etapas do <i>grooming online</i>	6
Quadro 2	Sistematização de “riscos” e “oportunidades” de acordo com diferentes áreas temáticas e papéis comunicacionais da criança	14
Quadro 3	Caracterização sociodemográfica dos/das Professores/as	25
Quadro 4	Caracterização sociodemográfica dos/das Alunos/as	25
Quadro 5	Idade dos/as alunos/as inquiridos	29
Quadro 6	Ano de escolaridade frequentado	29
Quadro 7	Estabelecimento de ensino frequentado	30
Quadro 8	Número de horas utilizadas nas redes sociais	33
Quadro 9	Frequência de propostas de cariz sexual	37
Quadro 10	Frequência das conversas sobre sexo na Internet	38
Quadro 11	Interlocutores das conversas sobre sexo	38
Quadro 12	Idade dos/as professores/as inquiridos	42
Quadro 13	Atitudes perante situação de vitimização	46

Índice de Figuras

Figura 1	Fases da investigação	21
Figura 2	Freguesias que compõem o concelho de Odivelas	21
Figura 3	Os habitantes do concelho de Odivelas por faixa etária	22
Figura 4	Número de horas de utilização da Internet	31
Figura 5	Utilização das redes sociais	32
Figura 6	Redes sociais utilizadas	32
Figura 7	Perceção da terminologia <i>grooming</i>	33
Figura 8	Frequência da ocorrência do <i>grooming</i>	34
Figura 9	Forma de ocorrência do <i>grooming online</i>	35
Figura 10	Importância do <i>grooming online</i> na atualidade	36
Figura 11	Conhecimento da linha de apoio 800 219 090	36
Figura 12	Frequência de contatos com desconhecidos na Internet	37
Figura 13	Pedidos de sigilo sobre conversas estabelecidas	39
Figura 14	Frequência de ameaças	39
Figura 15	Alertas sobre os perigos associados ao uso da Internet	40
Figura 16	Pessoas que alertaram para o perigo do uso da Internet	40
Figura 17	Sexo dos/as Professores/as inquiridos/as	41
Figura 18	Ano(s) de escolaridade lecionado(s)	42
Figura 19	Função de Diretor/a de Turma	43
Figura 20	Diretor/a de Turma	43
Figura 21	Conhecimento do <i>grooming online</i>	44
Figura 22	Frequência do <i>grooming online</i>	44
Figura 23	Importância do <i>grooming online</i> na atualidade	45
Figura 24	Conhecimento da existência de vítimas entre os/as alunos/as	45
Figura 25	Ações de prevenção ou intervenção sobre os riscos da Internet	47
Figura 26	Público alvo das ações de prevenção ou intervenção	47
Figura 27	Temática das ações de prevenção ou intervenção	48
Figura 28	Conhecimento da linha de apoio 800 219 090	49

1. Introdução

A sociedade atual alterou-se profundamente na forma como as pessoas se relacionam, como trabalham, aprendem, ou seja, como vivem o dia a dia. A emergência das novas tecnologias facilitou o contacto entre as pessoas de uma forma nunca pensada, pois, como referem Aranha e Benazzi (2014), o acesso à Internet presenteia os seus utilizadores com a oportunidade de socializar através das esferas públicas do mundo digital, embora também as tenha tornado mais isoladas e solitárias, pois a sensação de aproximação é meramente aparente.

O reconhecimento de comportamentos problemáticos associados ao uso das novas tecnologias, como os videojogos, a Internet e as redes sociais, constituem uma problemática emergente com múltiplas consequências, como o isolamento social, a depressão, as perturbações do sono ou absentismo escolar, o *cyberbullying*, o *grooming*, entre outros. A frequência do *cyberespaço* pode efetivamente transmitir um peculiar sentimento de impessoalidade, levando os utilizadores a adotar comportamentos e a proferir palavras que não utilizariam no mundo real para com terceiros (Berarducci, 2009).

A Internet, sendo uma presença persistente na vida das nossas crianças e jovens, coloca-se desta forma como uma sequência de preocupações urgentes de análise. Se, por um lado, o mundo da Web proporciona oportunidades e desafios, por outro, os riscos e os perigos caminham lado a lado.

Assim, é necessário que crianças e jovens obtenham literacia digital de forma a estarem preparadas com competências para enfrentar os potenciais perigos, mas também os/as professores/as que com eles convivem, através da função educativa, para que saibam identificar alunos/as vítimas de *grooming* e sejam conhecedores das novas formas de aliciamento a que as crianças e jovens estão sujeitos neste mundo virtual.

A realização deste trabalho de investigação tem como objetivo compreender, qual a perceção que os/as professores/as e alunos/as das escolas do concelho de Odivelas têm sobre o *grooming* ou aliciamento, assim como as competências que possuem para prevenir ou intervir nos perigos associados ao uso indevido da Internet pelos alunos. Este resulta de uma parceria com a Câmara Municipal de Odivelas possibilitando que a distribuição dos *links* de preenchimento se realizasse através das redes de parceria institucionais entre o Instituto Superior de Ciências Educativas, a Câmara Municipal de Odivelas e os Agrupamentos de Escola do concelho.

A exploração do tema *grooming online* iniciou-se com um trabalho em colaboração com a colega de mestrado Ana Rita Esteves, tendo os inquéritos por questionários sido construídos em conjunto, o que permitiu explorar o tema de forma mais aprofundada. Neste sentido, a construção dos instrumentos de recolha de dados e a gestão da aplicação dos mesmos foi realizada conjuntamente.

No universo da comunidade escolar do concelho de Odivelas, o estudo de investigação *Grooming Online: A percepção dos/as Alunos/as e EE do concelho de Odivelas* desenvolvido pela Ana Rita Esteves, focou-se na amostra de alunos/as e encarregados/as de educação e o presente estudo nos alunos/as e professores/as.

A presente investigação tem como objetivos compreender como é que os/as professores/as percebem o uso da Internet por parte dos alunos, assim como, se os/as professores/as e os/as alunos/as reconhecem o termo *grooming*.

Temos como questão de partida saber qual a percepção da comunidade escolar sobre o fenómeno do *grooming online*.

A investigação adotou a metodologia de um estudo de caso sobre o fenómeno *grooming online*, de pesquisa exploratória de carácter descritivo baseado numa amostra por conveniência da população escolar do concelho de Odivelas. Para tal foram aplicados inquéritos por questionário aos(às) estudantes, professores(as) dos agrupamentos de escolas do Concelho de Odivelas.

Este estudo de caso encontra-se dividido em quatro partes e estruturado da seguinte forma: a primeira parte compreende o enquadramento teórico que assenta na caracterização do *grooming* e na forma como se manifesta bem os riscos associados; a segunda parte consiste na descrição da metodologia: os participantes, os instrumentos e os procedimentos da recolha de dados; a terceira parte pressupõe os resultados com a sua descrição e discussão; a última parte refere-se à conclusão dos resultados.

2. Enquadramento Teórico

2.1 *Grooming*

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (1999) o abuso sexual de crianças foi definido como sendo o envolvimento de uma criança em atividade sexual em que ele ou ela não compreende completamente, sendo incapaz de consentir ou para a qual, em função do seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que a prática da atividade sexual viole as leis ou os tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está numa relação de responsabilidade, confiança ou poder.

Nesta vasta definição, incluem-se as diferentes tipificações de violência conhecidas até ao momento, que podem envolver violência sexual, física, verbal, ameaças ou indução à sua vontade (Unicef, 2014).

A associação do conceito de *grooming* sexual surge na literatura, em 2006, ligado ao abuso sexual, como sendo um comportamento estabelecido pelo ofensor com o intuito de criar as condições necessárias para cometer a ofensa sexual contra a criança sem ser descoberto (Craven, Brown & Gilchrist; McAlinden, 2006).

Através do processo de *grooming*, o sujeito pretende conseguir aceder ao menor, obter a sua confiança e evitar a revelação do abuso (Craven et al., 2006). Para tal, existe toda uma manipulação estratégica da vítima e da respetiva família e comunidade, com recurso à construção de relações de confiança com estes que tornam menos provável a deteção dos abusos ou a denúncia destes por parte da criança e a perceção do ofensor como uma ameaça por parte dos responsáveis (McAlinden, 2006; Winters & Jeglic, 2016).

2.2 *Grooming online*

Grooming é o processo em que alguém cria uma ligação emocional com uma criança para ganhar a sua confiança, com o objetivo final de abuso ou exploração sexual. O aliciamento pode acontecer pessoalmente, mas, ao longo dos últimos anos, acontece principalmente *online*. Os agressores podem usar sites, aplicações de mensagens instantâneas, incluindo aplicações de namoro para adolescentes, ou plataformas de jogos *online* para se

aproximarem das crianças ou jovens. Vão tentar também encontrar *usernames*, comentários de cariz sexual ou vão procurar comentários públicos que sugerem que uma criança tem baixa autoestima ou está vulnerável. Quando estabelecem algum tipo de confiança com a criança, os agressores vão prosseguir com a relação, isolando a criança dos seus amigos e familiares, fazendo com que esta se sinta dependente deles. De forma gradual, podem introduzir itens pornográficos na conversa *online*, podem enviar ou sugerir imagens pornográficas à criança - poderão ainda persuadir a criança a usar a *webcam* para que se exponha fisicamente. Durante esse processo, os agressores usarão qualquer meio de poder ou de controlo para convencer a criança de que não tem escolha a não ser fazer o que ele quer que ela faça (Planken, 2015).

Para McAlinden (2013), *grooming online* é definido como um processo em que inicialmente é criada uma relação próxima, de forma assim a ganhar a sua confiança, com o intuito de prática de abuso sexual ou exploração sexual sobre esta.

Os laços relacionais estabelecidos com as vítimas revelam-se fundamentais em todo este processo. A confiança existente possibilita que algumas crianças não reconheçam as práticas de que são alvo como abusivas e que mais facilmente acedam ao pedido de manter segredo (Berson, 2003).

O *grooming* é um abuso sexual que pode acontecer em contexto intrafamiliar, em que o ofensor desempenha o papel de cuidador, ou em contexto extrafamiliar, em que o ofensor não pertence à família, podendo ser alguém conhecido, amigo ou desconhecido da criança ou da família (Craven et al., 2006; Habigzang & Koller, 2011).

O método de manipulação tem normalmente início com a construção do perfil *online* pelo agressor, sendo ou não verdadeiro, podendo assim de seguida fazer um contato *online* com a criança ou jovem que o contate ou que ele próprio contate, podendo durar dias, semanas ou meses, para que a criança/jovem se sinta cada vez mais confortável (Kool, 2011, citado por Abrantes, 2016).

Quando essa confiança é estabelecida, o agressor vai mantendo a relação e vai alargando o seu âmbito com a: introdução de itens pornográficos na conversa *online*, enviando ou sugerindo imagens pornográficas à criança. Poderá, também, persuadir a criança a usar a *webcam*, para que se exponha fisicamente. Durante esse processo, os agressores usarão qualquer meio de poder ou de controlo, para convencer a criança de que não tem escolha, a não ser fazer o que ele quer que ela faça (Planken, 2015, citado por Abrantes, 2016).

Uma vez que a prática do *grooming online* se processa em etapas distintas, diferentes autores sistematizaram este processo. Segundo O'Connell (2003) e Pranoto, Gunavawan e Soewito (2015), o *grooming online* desenvolve-se em cinco etapas:

Etapa 1 - Formação de amizade: Fase em que o agressor tenta conhecer melhor a criança/jovem, fazendo muitas perguntas para obter o máximo de informações sobre a criança;

Etapa 2 - Construção de uma relação: verifica-se a continuação da construção da amizade, tentando assim ser o(a) melhor amigo(a) da criança/jovem, falando com esta sobre o seu dia-a-dia, com o intuito de através destas conversas ganhar uma maior confiança por parte da vítima;

Etapa 3 - Avaliação do risco: nesta fase o agressor procura analisar a sua exposição ao risco, questionando a criança face ao local de utilização do computador e acesso ao mesmo por parte de alguém próximo da vítima, por exemplo os seus pais, irmãos mais velhos, entre outros;

Etapa 4: Exclusividade – esta é a etapa em o agressor tenta gerar um afeto de amor e confiança recíprocos com a criança/jovem, com o intuito de manter a relação secreta, exclusiva, optando por muitas vezes reforçar que “são os melhores amigos”, por transparecer níveis de identidade “percebo o que estás a passar” ou “podes falar comigo sobre qualquer assunto” e partilhando segredos numa vertente de cumplicidade;

Etapa 5: Sexual – Esta fase ocorre com o intuito de envolver a criança/jovem em conversas e trocas de imagens sobre sexo, esta abordagem parece inócua à criança pelos níveis de confiança e por nunca ter sido alvo de conversas anteriores. Posteriormente emerge a tentativa de marcar um encontro pessoal com a criança/jovem. er o(a) melhor amigo(a) da criança/jovem, falando com esta sobre o seu dia-a-dia, com o intuito de através destas conversas ganhar uma maior confiança por parte da vítima;

Quadro 1 - *Descritores das Etapas do grooming online*

Etapas						
	Amizade	Relação	Avaliação de Riscos	Exclusividade	Sexual	Conclusão
Descritor 1	Troca de email, fotografia, Informações sobre a Web-cam (conversa inicial)	Troca de email, fotografia, Informações sobre a Web-cam (conversa inicial)	Verificar se os pais das crianças estão por perto ou perceber quem utiliza o computador	Expressar exclusividade e amor	Partilhar descrições do corpo e de figuras	Organização de um dia, data, hora e local para se encontrarem pessoalmente
Descritor 2	Falar sobre namorado(a) (conversa inicial)	Dar elogios, por exemplo: querido(a), fofinho(a)	Pedir para a criança apagar os códigos de acesso ao chat; procurar garantir que ninguém tem acesso às contas da criança.	Descrever atividades e experiências sexuais à criança	Tornar-se namorado(a) um do outro	Discutir o trajeto até o ponto de encontro
Descritor 3	Partilhar informações sobre outras contas e perfis online da criança	Falar sobre os hobbies das crianças/jovens, atividades, interesses.	Confirmar se a criança está disponível para ver um homem/mulher mais velho(a)	Dar elogios fortes. Por exemplo: você é mesmo um amor	Trocar imagens de natureza sexual ou de partes do corpo	Garantir que a criança vai sozinha ao encontro
Descritor 4	Questionar a idade, gênero, localização, nome, informações pessoais e familiares	Perguntar sobre a escola, as notas, trabalhos de casa, nº de telemóvel	Confronto direto para garantir que a criança não é um polícia/ agente de autoridade	Construir confiança com a criança	Dar elogios sexuais orientados, por exemplo, és sexy	Decidir o que fazer quando se encontrarem pessoalmente

Fonte: (Gupta, Kumaraguru, & Ashish. 2012, referenciado por Pranoto et al., 2015, p. 359).

O quadro 1 permite reconhecer os comportamentos predatórios de uma relação abusiva de *grooming online*, que se iniciam com o acesso à criança ou jovem, ganhar a sua

confiança, desenvolver uma relação de sexual e de exclusividade, culminando na combinação de um encontro.

2.3 A idade no *grooming online*

A vitimação do *grooming online* tendencialmente acontece entre os 11 e os 17 anos, tendo uma maior prevalência em adolescentes com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos.

Um estudo desenvolvido em Espanha por Montiel et al (2015), em que participaram jovens dos 12 aos 17 anos, apresentou níveis de prevalência de vitimação de *grooming online* mais elevados em adolescentes entre os 16 e os 17 anos (25,6%) e mais baixos nos adolescentes de 12 e 13 anos (9,6%) (Montiel et al., 2015).

São os adolescentes que mais facilmente correm o risco de receberem mensagens e pedidos sexuais indesejados, comparativamente com as crianças e os adultos. Tal facto pode ter explicação no seguinte:

- O nível mais elevado de comunicação e acesso digital que têm em relação às crianças (Livingstone et al., 2009);
- A natureza intrínseca ao comportamento da fase da adolescência que os expõe mais aos riscos (Whittle et al., 2013);
- A curiosidade sexual (Livingstone et al., 2009).

2.4 O sexo no *grooming online*

A literatura refere que existe uma maior tendência para serem as raparigas as maiores vítimas de *grooming online* (Baumgartner et al., 2010; Wolak et al., 2008; Mitchell, Finkelhor & Wolak, 2001), apesar de serem os rapazes que mais utilizam a Internet (Livingstone et al., 2009).

Para o autor Whittle et al. (2013), a diferença no que concerne à probabilidade de ser abordado sexualmente é significativa em prejuízo das raparigas, pois são elas que tendem a ser mais provavelmente vítimas do que os rapazes.

Livingstone et Haddon (2009) sugerem que os rapazes têm geralmente maior probabilidade de encontrar e criar riscos na Internet - porém, as raparigas são mais propensas a serem afetadas (por exemplo, ficarem perturbadas) pelos riscos e conteúdos.

2.5 Família

As estatísticas europeias do Eurostat (2017) referem que aproximadamente oito famílias em cada dez têm acesso à Internet em casa, dados que especificamente a Portugal referem que na última década. resultado de uma conjectura de propensão para o crescimento, também se registou um aumento de 25% de famílias com acesso regular à Internet.

Os dados de 2016 do Instituto Nacional de Estatística (INE) referem que os agregados familiares com crianças apresentam um nível de acesso à Internet de 96%.

O gradual uso e o acesso às tecnologias baseadas na Internet constituem um desafio para os pais (Vaala & Bleakley, 2015).

Ferrari (2012), refere que o acesso constante e as diversas formas de aceder à Internet, através do computador, *tablets*, *smartphones*, consolas, televisão, entre outros, transformaram os ambientes familiares em verdadeiros cenários digitais ligados em rede, onde todos os aparelhos se conectam em função do interesse do utilizador. Assim, torna-se fundamental que os pais tenham competências digitais. Para o autor o conceito de competência digital foi definida como o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, capacidades e estratégias necessárias para usar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e os meios de comunicação digitais para executar tarefas, resolver problemas, comunicar, gerir informações, colaborar, criar e partilhar conteúdo, construir conhecimento de forma eficaz, eficiente, adequada, crítica, criativa, autónoma, flexível, ética e reflexiva, para o trabalho, o lazer, a participação, a aprendizagem e a socialização.

Os diferentes fatores de proteção dentro da esfera familiar relativamente ao *grooming online* passam pela monitorização e supervisão parental do correto uso da Internet dos filhos e destes estarem cientes e conscientes dessa monitorização e das relações parentais serem favoráveis. As vulnerabilidades parentais e familiares relativas à vitimação do *grooming online* têm começado a ser reconhecidas (Whittle et al., 2013).

Valke, Bonte, Wever e Rots (2010) identificaram quatro estilos parentais, baseando-se na investigação feita em 1991 por Baumrind, sobre estilos parentais, como sendo:

- parental indulgente, caracterizado por pais que não sugerem limites explícitos, abstendo-se do confronto com os filhos e cedendo aos seus pedidos, ideias e vontades;
- parental negligente, reflete baixos níveis de controlo ou de envolvimento, não existindo uma atitude de apoio ou de restrição no uso da Internet;
- parental autoritário, distingue-se por pais com baixo nível de envolvimento e alto controlo, que pedem obediência incondicional e seguem regras sem as explicar/fundamentar. Não discutem problemas sobre Internet nem permitem o diálogo sobre o acesso à Internet, e insistem na aceitação das suas perceções sobre o uso da mesma;
- parental autoritativo refere-se a pais que estabelecem regras claras, que não limitam explicitamente forma como o uso da Internet é feito, mas esperam que os seus filhos sejam responsáveis e se autorregulem. Propõe regras práticas, que incluem o tempo de navegação na Internet.

2.6 Os jovens e os riscos do *online*

Os autores Iglesias et al (2015) concluíram que a maioria dos jovens está efetivamente ciente dos riscos que pode encontrar online, mas que ainda assim alguns optam por se expor a esses riscos. Uma das razões pela qual isto poderá acontecer passa pela sua própria sobrevalorização face às consequências negativas resultantes desses riscos e porque, apesar de confiarem nos seus pais para a mediação das suas atividades on-line, reconhecem nestes a capacidade de poderem ajudá-los face aos riscos.

Martins et al (2017) destaca como maiores inquietações:

- ingenuidade natural das crianças;
- contacto com desconhecidos;
- consulta de conteúdos inadequados;
- publicação de informações pessoais;
- dificuldades de autocontrolo e autorregulação.

De acordo com Nikken e Haan (2015), a confiança dos pais nas suas práticas de mediação é atenuada quando a criança está envolvida nas redes sociais, sendo reforçada quando as crianças estão envolvidas em jogos educativos.

Gonçalves (2015) concluiu que o contexto familiar vai beneficiar das interações digitais entre progenitores e crianças, o que conduzirá a um determinado grau de confiança. E, naturalmente, a relação de partilha e comunicação é que irá determinar as regras a aplicar, sendo, em certa medida, o produto da consciência de risco que os pais possuem, influenciados também pelas características dos filhos.

A capacidade e harmonização de capacitação e de proteção no uso seguro da Internet é determinante devido ao aumento do uso que temos observado na sociedade contemporânea, de acordo com Livingstone e Leslie (2009), que referem a necessidade premente de harmonizar objetivos opostos que impõem combinar regulamentação, literacia digital e melhorar as acessibilidades. Referem ainda a importância que um uso assertivo da realidade virtual, se reconhecido por crianças e jovens, beneficiará num desenvolvimento harmonioso, reduzindo os riscos, valorizando e incentivando as atividades relevantes e consideradas.

2.7 Fatores de risco e proteção na utilização da Internet por crianças e jovens

Com o evoluir da tecnologia, têm ocorrido muitas questões sobre o modo como a utilização da Internet é feita, uma vez que é uma presença constante no nosso dia-a-dia, quer seja para sabermos as notícias, para pesquisar sobre algum assunto, para fazer compras ou mesmo falar com alguém. A interação com o outro é, talvez, o espaço que ultimamente as pessoas mais vivem, visto que passam cada vez mais tempo relacionando-se através da Internet. A Internet é, então, um meio que nos apresenta vantagens, pois através desta poderemos ter uma visão mais ativa, tornando os utilizadores mais interventivos, criando assim ambientes mais ricos e mais estimulantes (Félix, 2014).

A Internet é considerada um “elemento chave na educação que iguala as classes sociais ao permitir o acesso às mesmas informações, possibilitando a socialização com pessoas de outros países e culturas, desenvolvendo o conhecimento e literacia da tecnologia (Martins & Pinto, 2008, citado por Félix, 2014).

Importa salientar que, hoje, as crianças e os jovens podem, por via da Internet, ter acesso a diversos saberes, embora existam simultaneamente riscos que podem ser sérios e que

não devem nem podem ser ignorados, sendo que um dos que ultimamente mais se têm verificado é a dependência da Internet. Existem cada vez mais estudos que indicam a necessidade de haver um entendimento dos comportamentos que ocorrem devido ao uso excessivo ou problemático da Internet, sendo que, em 2012, o relatório do *EUKids Online* destaca que 29% dos jovens já apresentam um ou mais problema relacionado com o seu uso.

As crianças/jovens que são considerados dependentes utilizam a Internet maioritariamente para aplicações interativas de comunicação instantânea (exemplo: redes sociais e jogos *online*), enquanto os utilizadores não dependentes utilizam a Internet maioritariamente para comunicação pessoal e pesquisa de informação (exemplo: pesquisas para trabalhos escolares, pesquisas de interesse pessoal (Patrão, s.d.).

Leandro (2007, citado por Gonçalves e Nuernberg, 2012) esclarece que os adolescentes dependentes da Internet futuramente irão necessitar de apoio terapêutico. Para o tratamento de algumas destas situações, é necessário o uso de medicamentos, semelhante aos casos de dependências relacionados com o álcool e drogas. A continuação do contato excessivo com a Internet poderá provocar na criança/jovem problemas de carácter depressivo, timidez, pânico e fobia social, isolamento social e transtorno afetivo.

O uso da Internet possibilita a relação com qualquer indivíduo e, por isso, as crianças/jovens podem relacionar-se com pessoas que podem colocar a sua segurança em risco, podendo receber mensagens violentas e/ou mensagens de cariz sexual sem que ninguém se aperceba dessa realidade (Martins, 2013).

A necessidade de identificar os fatores de risco e de proteção são decisivos para perceber o modo de ação com as crianças e jovens. Os fatores de proteção podem ser considerados como indicativos que inibem a ocorrência destes mesmos comportamentos. Santo (2014) afirma que são fatores protetores as competências parentais, a comunicação positiva com o jovem, as características individuais da criança, como o autoconceito elevado e realista, a capacidade de comunicação interpessoal e de resolução de problemas. Ainda acrescenta o nível de autonomia do jovem, a inteligência e a coesão familiar. A coesão social é identificada como uma das dimensões centrais da estrutura de uma família.

Relativamente aos fatores de risco, é imprescindível o conhecimento destes fatores não só para uma prevenção, mas também para delinear o tipo de intervenção que necessite ser realizada. O processo de intervir não pode ser superficial, ou seja, não se deve limitar a uma intervenção estritamente centrada na situação em análise, uma vez que existem

vários fatores subjacentes, nomeadamente questões escolares, emocionais, mentais e relacionais (Cunha, 2014).

Os programas de intervenção devem potenciar o desenvolvimento dos mecanismos de proteção para tornar as crianças e os jovens mais resilientes, uma vez que a evolução dos mesmos dependerá do balanço entre o número de fatores de risco e o número de fatores de proteção a que o indivíduo se encontra exposto (Fonseca, 2004).

Porém, é basilar que não cometamos o erro de colocar estes fatores numa balança e observar qual o prato que pesa mais. É necessário que estejamos com atenção aos sinais mais visíveis, bem como aos menos visíveis, para que possamos compreender os sintomas apresentados pela criança e pelo jovem para mais correntemente delinear o diagnóstico da situação em análise (Azevedo e Maia, 2006).

2.7.1 Fatores de risco

Os fatores de risco podem considerar-se como obstáculos individuais ou ambientais que aumentam a vulnerabilidade das crianças e jovens para resultados negativos ao longo do seu desenvolvimento.

O Guia de Orientações para os Profissionais da Saúde sobre a abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo, explica o que são fatores de risco, podendo estes refletir-se nos seguintes contextos:

Individuais: problemas de comportamento: agressividade, absentismo escolar, oposição, défice físico e/ou psíquico;

Familiares: destruturação familiar e falta de coesão, papéis familiares dos seus membros pouco delimitados, conflitos conjugais, violência interparental, relações de conflitualidade com a criança ou jovem, estilo de disciplina permissiva ou punitiva e fraca interação e comunicação com a criança e jovem

Socioculturais: isolamento social, falta de modelos de referência em termos afetivos, os bairros onde habitam predomina a pobreza, a violência e a marginalidade, predominância de valores negativos relativos à mulher. Sentimentos de insegurança e falta de esperança no futuro.

2.7.2 Fatores de Proteção

Os fatores de proteção assumem níveis dispares e auxiliam na gestão dos riscos diários, contribuindo para diminuir as probabilidades de ocorrência de comportamento desviante. Estes fatores não foram, até hoje, tão exaustivamente estudados como os fatores de risco, embora a sua identificação seja igualmente importante (Ribeiro & Sani, 2009).

Referem-se, sobretudo, à:

- Capacidade que a criança/jovem tem em reduzir o impacto que as situações de risco lhe possam provocar;
- Reduzir as reações negativas que geralmente acontecem depois da exposição de uma criança ou jovem a uma situação de risco;
- Manter e fortalecer a autoestima e autoeficácia da criança ou jovem através do desenvolvimento de relações de afeto que permitam desenvolver a segurança e possibilitem à criança ou jovem o cumprimento das suas tarefas com sucesso.
- Saber lidar com o stress e compreender o valor da resiliência são fatores decisivos para a criança e o jovem se sentir empoderado para lidar com as situações mais adversas quer individuais quer coletivas da vida.

O facto da Internet proporcionar oportunidades e riscos possibilitou a que Livingstone e Haddon, em 2009, apresentassem uma Classificação das Oportunidades e Riscos *Online*, tendo sofrido alterações por parte de Simões (2010), Ponte (2013) e Ferreira (2014).

Esta classificação pode ser observada no quadro seguinte:

Quadro 2 - Sistematização de “riscos” e “oportunidades” de acordo com diferentes áreas temáticas e papéis comunicacionais da criança

	Áreas temáticas	Conteúdo (criança como recetor)	Contato (criança como participante)	Conduta (criança como ator)
Oportunidades	Educação, aprendizagem e literacia	Recursos educativos	Contatos com outras pessoas que partilham os mesmos interesses	Autoaprendizagem ou aprendizagem colaborativa
	Participação e compromisso cívico	Informação global	Troca entre grupos de interesses	Formas concretas de compromisso cívico
	Criatividade	Variedade de recursos Conteúdos criados	Ser convidado ou inspirado a criar ou a participar	Criação de conteúdo produzido pelo utilizador
	Identidade e ligações sociais	Obtenção de conselhos (por exemplo ao nível pessoal, de saúde, sexuais)	Redes sociais, partilha de experiências com outros	Expressão da identidade
Riscos	Comerciais	Publicidade, marketing, spam, patrocínio	Perseguir, aceder sem autorização a informação pessoal	Apostas, downloads e jogos ilegais, realizar ataques ilegais a pessoas ou entidades através da rede (hacking), violação de direitos de autor, pirataria
	Agressividade	Conteúdos violentos e assustadores	Vítima de cyberbullying, assédio ou perseguição	Praticar cyberbullying, incomodar ou perseguir os outros
	Sexuais	Conteúdos pornográficos ou sexuais	Conhecer estranhos, ser vítima de abusos sexuais, ser aliciado (Grooming)	Criar ou colocar (upload) de natureza pornográfica, Sexting,
	Valores	Conteúdos racistas ou potenciais influenciadores de tomadas de atitudes de risco (por exemplo relacionada com drogas, pro-anorexia, suicídio)	Auto prejudicar-se, persuasão prejudicial (por exemplo ao nível de identidade, ideais, atitudes)	Prover conselhos ou criar conteúdos de risco (exemplo relacionado com drogas, pro-anorexia, suicídio)

Fonte: Adaptado de (Hasebrink et al., 2009, pp. 23–24; Livingstone & Haddon, 2009, p. 10; Simões, 2010, p. 56)

Um dos riscos referido no quadro supra é o *grooming*, um fenómeno que exige particular atenção pelos riscos que envolve.

2.8 Prevenção do Grooming

A família e a escola têm um papel crucial enquanto orientadores na utilização da Internet, pelo que se lhes exige atenção na identificação a todos os sinais estranhos de comportamento que as crianças e jovens possam apresentar. Assim, e de forma a que possam orientar quanto ao uso correto da Internet com um conhecimento específico dos

riscos, é importante que haja diálogo, reflexão e capacitação entre pais, professores, alunos e comunidade em geral (Costa, 2014).

2.8.1 O papel da escola na educação digital e seus riscos

O repto que a sociedade digital lança à escola é infinito, pois pede-lhe que seja capaz de desenvolver nas crianças e jovens competências para participar e interagir num mundo universal, altamente competitivo. que valoriza o ser-se flexível, construtivo, ser capaz de lidar com situações e soluções de resolução para os desafios de amanhã, capacitar para a compreensão de que a aprendizagem não é um processo estático, mas que exige uma aprendizagem ao longo da vida com constantes atualizações.

Hoje, a sociedade exige que os professores tenham competências tecnológicas: saber navegar na Internet, dominar algum software, possuir competência pedagógica para que possa fazer uma leitura crítica das informações que se apresentam desorganizadas e difusas na rede e que possam ser motivo de risco para crianças e jovens. Ao aluno, a sociedade pede que possua capacidades cognitivas necessárias para ultrapassar o pensamento elementar e para alcançar o pensamento crítico que rodeia a reorganização ativa do conhecimento de formas importantes e úteis transversalmente a três competências gerais que envolvem avaliar, analisar e relacionar (Jonassen, 2007).

A sociedade dos chamados nativos digitais requer que os docentes se devam colocar como mestres e aprendizes, na expectativa de que, por meio da interação estabelecida na «comunicação didática» com os estudantes, a aprendizagem aconteça para ambos (Lencastre 2009).

A intervenção da escola ocorrerá ao nível preventivo com as seguintes estratégias:

- Trabalhar competências com as crianças e os jovens sobre o uso excessivo da Internet;
- Alertar para os riscos inerentes ao uso da Internet como, por exemplo, o *grooming*;
- Ensinar as crianças e jovens que a Internet é uma ferramenta de oportunidades e de riscos;
- Alertar os encarregados de educação para a possibilidade de instalar nos dispositivos móveis controlos e filtros parentais, de modo a que possam controlar os acessos *online* de crianças e jovens;

- Desenvolver estratégias que permitam que as crianças e jovens se protejam quanto a dados e troca de imagens pessoais, assim como à marcação de encontros com estranhos e/ou a manutenção de conversação com esses mesmos estranhos.

Nas crianças e jovens, deve promover-se o sentimento de confiança para que, em caso de serem vítimas de *grooming*, se sintam à vontade para procurarem ajuda, falarem abertamente com os professores e não se sintam inseguros e ameaçados e com receio de partilharem os seus medos e preocupações.

Temos de unir os objetivos da educação formal e da informal, trabalhando ambas em parceria para a concretização do objetivo de formação das nossas crianças e jovens que nasceram na era digital. Ensinar numa sociedade em rede e procurar criar uma cultura aprendente não é tarefa fácil, mas são os professores que têm a grande responsabilidade de se tornarem catalisadores da sociedade do conhecimento (Hargreaves, 2003).

2.9 Pedagogia Social e Educação Social na promoção da saúde e na prevenção do *Grooming*

A Pedagogia Social é definida por Vieira e Vieira (2016) como um combinado de saberes teóricos, técnicos, experienciais, descritivos ou normativos, com o intuito de resolver um determinado objetivo. A Pedagogia Social é a ferramenta teórica necessária para uma intervenção no terreno que tem com principal objetivo orientar nos laços sociais e criar situações de aprendizagem, estimulando a felicidade, bem-estar e autonomia de vida.

Quanto à Educação Social, não é uma tarefa nada fácil de defini-la, pois, segundo Ricardo (2013), é necessário explicá-la antes em “função de determinados fatores, como o contexto social, a conceção social, conceção política, a cultura predominante, a situação económica e a realidade educativa” (p.33).

Segundo Martins (2013), a Educação Social tem por base a Pedagogia Social, afirmando mesmo que esta é a parte teórica que justifica a ação da Educação Social.

Já Ricardo (2013) define educação social como sendo uma ação sistemática e fundamentada, de suporte, mediação e transferência, que favorece especificamente o desenvolvimento da sociabilidade do sujeito ao longo de toda a sua vida, circunstâncias e contextos, promovendo a sua autonomia, integração e participação crítica, construtiva e transformadora no marco sociocultural que o envolve, contando, em primeiro lugar, com os

próprios recursos pessoais, tanto do educador como do sujeito e, em segundo lugar, mobilizando todos os recursos socioculturais necessários do ambiente ou criando, por fim, novas alternativas.

O principal objetivo da Educação Social visa o desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens, podendo ser tida como educação promotora do desenvolvimento (Ricardo, 2013).

Moyano (2012) define Educação Social como um amplo repertório de práticas educativas sustentada por diferentes processos e realidades sociais, procurando enfrentar necessidades e problemas que surgem do quotidiano, desde a infância até à velhice, recorrendo a direitos e deveres inerentes à condição.

Conforme referem Caride, Gradaille e Caballo (2015):

“A partir do momento em que educar os outros e educar-se participam do mesmo projeto civilizador de mudança e transformação social, todas as pedagogias e todas as suas formações são sociais; são já, de partida, nas múltiplas vias pelas quais transitam ampliando as fronteiras da teoria e da práxis socioeducativa. São fronteiras que as redes tecnológicas estão submetendo a uma revisão profunda.” (p.6)

Ainda segundo os mesmos autores, a Pedagogia Social é um saber que tem como objeto formal, material e abstrato a Educação Social, ou seja, a Educação Social é a prática em contexto, é a ação/intervenção que compreende e analisa a sociedade e as pessoas dessa sociedade, quer nas escolas ou noutros contextos não formais.

Os pressupostos da Educação Social estão alicerçados na conceção de uma educação vinculada aos direitos humanos e sociais e ao seu compromisso com a emancipação e capacitação dos indivíduos.

A Educação Social permite o desenvolvimento de competências sociais e contribui para uma educação emancipatória, transformadora e transformativa, promovendo uma sociedade mais igualitária, solidária, inclusiva e impulsionadora da prevenção face aos desafios e perigos decorrentes dos avanços das novas tecnologias.

O cruzamento da Educação Social com a Pedagogia Social permitirá a transformação das realidades sociais imparciais em realidades equitativas e será um alicerce firme na prevenção e no desenvolvimento de competências face ao *grooming online*, relativamente às crianças e jovens, à comunidade escolar e aos encarregados de educação.

A Educação Social assume um papel de relevo dadas as linhas pelas quais se orienta, salientando-se, desde logo, o seu foco no trabalho centrado no sujeito, particularmente em questões assentes na cidadania ativa e na ligação que assume com a formação cívica (Azevedo, 2011).

As ações da Pedagogia Social em paralelo com a Educação Social permitirão promover a saúde e a prevenção do *grooming* da seguinte forma:

- Promovendo as competências pessoais do/a aluno/a face à sua atitude para consigo mesmo;
- Desenvolvendo competências de comunicação familiar e de “saber estar” em família;
- Fortalecendo as competências parentais, de modo a que possam agir e apoiar os filhos em questões relacionadas com a educação, a promoção da saúde e a prevenção de riscos.
- Promovendo competências sociais nos/as alunos/as, de modo a que saibam estar e agir nos diferentes contextos da vida em sociedade;
- Prevenindo comportamentos de risco relacionados com o uso da Internet e do abuso sexual associado ao *grooming online*;

3. Metodologia

Terminada a revisão de literatura, apresentaremos a parte desta tese relativa ao estudo de caso, de pesquisa exploratória de carácter descritivo, que pretende perceber de que forma a comunidade escolar do concelho de Odivelas percebe o fenómeno do *grooming online*.

O progresso do *grooming online* a par com a evolução da comunicação via Internet, requer um olhar atento perante o fenómeno razão pela qual o tema abordado/explorado neste estudo de caso permitirá conhecer a a percepção de estudantes e professores/as do concelho de Odivelas sobre o *grooming online*.

3.1 Questão de partida

Qual a percepção da comunidade escolar sobre o fenómeno do *grooming online*?

3.2 Objetivos de estudo

Os objetivos do estudo são determinados quer pela orientação da investigação, quer pelo tipo de estudo a desenvolver.

3.2.1 Objetivos Gerais

- Compreender como é que os/as professores/as percebem o uso da Internet por parte dos alunos;
- Compreender se os/as professores/as reconhecem o termo *grooming*;
- Compreender se os/as alunos/as reconhecem o termo *grooming*.

3.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar se os/as professores/as têm conhecimento de algum/a aluno/a vítima de *grooming*;

- Conhecer ações de prevenção ou intervenção desenvolvidas por parte da escola junto dos/as alunos/as acerca dos perigos da Internet;
- Identificar a forma como os/as alunos/as encaram a segurança na Internet.

3.3 Tipo de Estudo

A investigação adotou a metodologia de um estudo de caso sobre o fenómeno *grooming online*, de pesquisa exploratória de carácter descritivo, baseado numa amostra por conveniência da população escolar do concelho de Odivelas. Para tal, foram aplicados inquéritos por questionário a estudantes, professores(as) dos agrupamentos de escolas do concelho de Odivelas.

Segundo Cervo e Silva (2006), a pesquisa exploratória institui critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e fornece informações sobre o objeto desta para orientar a formulação de hipóteses.

Para Gonçalves (2014), a pesquisa exploratória valida a descoberta, o achado, a elucidação de fenómenos ou a explicação daqueles que não eram acolhidos apesar de visíveis.

O método qualitativo é contextualizado, assumindo um carácter humanístico, pois o investigador tenta conhecer e mesmo vivenciar de dentro, junto dos participantes, sem se preocupar apenas com a componente estatística (Carmo & Ferreira, 1998).

O investigador procura compreender o fenómeno em toda a sua extensão, no sentido de chegar a uma análise global da realidade a ser estudada, ou seja, tudo o que envolve o fenómeno compõe o todo, incluindo o seu passado e presente, daí ser uma abordagem holística (Carmo & Ferreira, 1998).

A análise qualitativa debruça-se essencialmente sobre o significado das coisas, na busca do “porquê” e do “o quê” (Bogdan & Biklen, 1992, citado por Freixo, 2009).

Neste modo de investigação, o investigador deve ser o mais cuidadoso possível de modo a transcrever os dados recolhidos sem deturpar o que realmente os indivíduos dizem ou fazem, para, desta forma, poder atribuir à investigação uma maior validade e fiabilidade (Carmo & Ferreira, 1998).

O investigador determina antecipadamente o número de pessoas que constituirá a amostra - esta deve ser representativa da população-alvo. Para fixar o tamanho da amostra, recorre-se a regras metodológicas e procedimentos estatísticos (Fortin, 2006).



Figura 1. Fases da investigação

3.4 Universo e amostra

3.4.1 Universo - Caracterização e enquadramento geográfico

O concelho de Odivelas está integrado no Distrito de Lisboa e faz fronteira com os concelhos de Loures, Sintra, Amadora e Lisboa (Rede Social de Odivelas, 2017) (Figura 2).

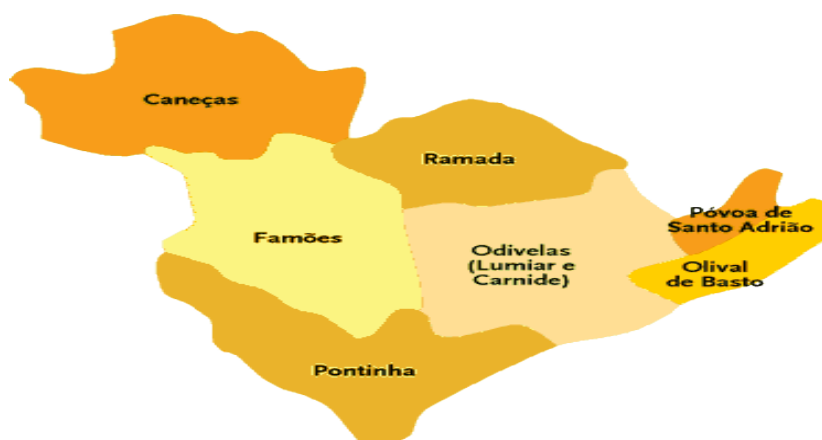


Figura 2. Freguesias que compõem o concelho de Odivelas

Fonte - Geneall (s.d.)

O concelho de Odivelas é, desde 2013, composto por quatro freguesias: Odivelas, União das Freguesias de Pontinha e Famões, União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto e União das Freguesias de Ramada e Caneças, distribuídas numa área de 26,4 km², tendo 144.549 habitantes, (Censos, 2011), sendo que 21912 (15%) destes se encontram na idade dos 0-14 anos, 15370 (11%) com 15-24 anos, 83766 (58%) com 25-64 anos e 23501 (16%) com 65 ou mais anos, tal como apresentado na *Figura 2*.

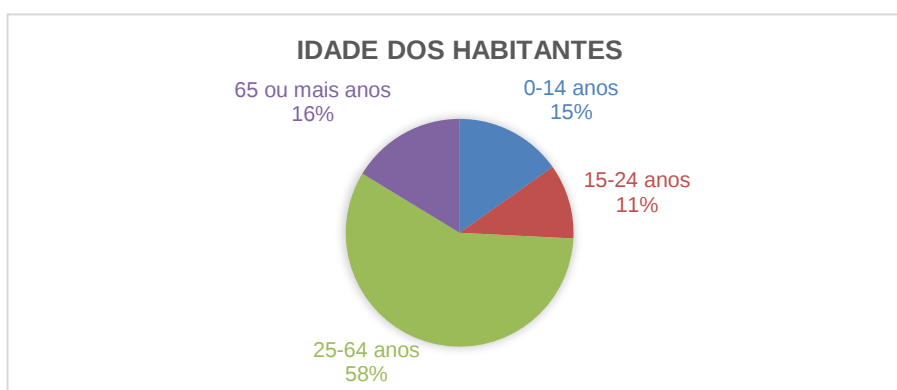


Figura 3. Os habitantes do concelho de Odivelas por faixa etária

Fonte - Rede Social de Odivelas (2017, p.36)

Relativamente ao número de famílias, segundo os Censos (2011), encontravam-se no concelho de Odivelas 57 782 famílias.

Em termos socioeducativos, segundo a Rede Social de Odivelas (2017), o concelho de Odivelas, no ano Letivo 2015/2016, tinha em funcionamento:

- Seis jardim de infância (isolados);
- Vinte escolas básicas do 1º ciclo com pré-escolar incluído;
- Nove escolas básicas só com a valência do 1º ciclo;
- Uma escola básica com pré-escolar incluído, 1º, 2º e 3º ciclo;
- Sete escolas básicas com 2º e 3º ciclos;
- Cinco escolas secundárias com 3º ciclo incluído;
- Uma escola profissional.

Estes estabelecimentos de educação e ensino estão organizados nos seguintes oito agrupamentos:

- Agrupamento de Escolas Sudoeste de Odivelas (Freguesia de Odivelas);
- Agrupamento de Escolas *Braamcamp* Freire (União de freguesias da Pontinha e Famões);
- Agrupamento de Escolas Adelaide Cabete (Freguesia de Odivelas);
- Agrupamento de Escolas de Caneças (União de freguesias Ramada e Caneças);
- Agrupamento de Escolas D. Dinis (Freguesia de Odivelas);
- Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja (Freguesia de Odivelas);
- Agrupamento de Escolas Vasco Santana (União de freguesias Ramada e Caneças);
- Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino (União de Freguesias Póvoa Sto. Adrião e Olival Basto);
- Escolas não agrupadas (Escola Profissional Agrícola D. Dinis e Escola Secundária da Ramada);

(Rede Social de Odivelas, 2017).

3.4.2 Amostra

A amostra da presente investigação é uma amostra por conveniência porque abrange somente os/as aluno/as do concelho de Odivelas com idades compreendidas entre os 11 e os 20 anos, bem como os/as professores/as do mesmo concelho.

3.5 Instrumentos

De modo a podermos dar resposta aos objetivos da investigação, procedeu-se à construção de um inquérito por questionário para alunos/as (apêndice A) e para professores/as (apêndice B).

O inquérito por questionário aplicado aos/às professores/as é composto por questões de resposta fechada e uma questão de resposta aberta. Relativamente ao inquérito por

questionário aplicado aos/às alunos/as, as questões são de resposta fechada. Ambos os inquéritos por questionário iniciam com um consentimento informado.

Segundo Norwood (2000), o questionário “tem por objetivo recolher informação fatural sobre acontecimentos ou situações conhecidas, sobre atitudes, crenças, conhecimentos, sentimentos e opiniões. Apresenta uma grande flexibilidade ao que representa à estrutura, à forma e aos meios de recolher a informação” (p.380).

Um inquérito por questionário, segundo Quivy (1998), deve ser utilizado quando o objetivo do estudo é conhecer uma população no que diz respeito a comportamentos, valores, opiniões e/ou caracterizar um “fenómeno social que se julga poder apreender melhor a partir de informações relativas aos indivíduos” da população alvo e/ou questionar um grande número de pessoas.

A escolha de um inquérito por questionário *online* está relacionada com o facto de permitir a recolha de dados com limitação de tempo, mas também por permitir chegar ao maior número de alunos/as e professores/as.

Os inquéritos por questionário estão divididos em diferentes secções.

A primeira secção, que compõe o inquérito por questionário, sendo que, antes de qualquer resposta, foi solicitado quer aos alunos, quer aos professores, a autorização do Consentimento Informado, onde, de forma inequívoca, constam o tema, os objetivos, a garantia de anonimato e confidencialidade e os contatos das investigadoras.

Na segunda secção, referimos novamente o tema e os objetivos do inquérito por questionário, apelando à sinceridade de resposta dos alunos e professores, reforçando o anonimato, a confidencialidade dos dados recolhidos e referindo que os dados obtidos serão unicamente para fins de investigação.

A terceira secção refere-se a:

Quadro 3 - Caracterização sociodemográfica dos/das Professores/as

Caraterização sociodemográfica dos/das Professores/as	
Objetivo	Indicadores
Caracterizar os/as professoras identificando a existência de traços comuns entre eles/elas	Sexo
	Data de Nascimento
	Ano(s) escolar(es) que leciona
	Se é Diretor(a) de Turma
	Sendo Diretor(a) qual ou quais o(os) ano(s) escolar(es)

Quadro 4 - Caracterização sociodemográfica dos/das Alunos/as

Caraterização sociodemográfica dos/das Alunos/as	
Objetivo	Indicadores
Caracterizar os/as alunos/as identificando a existência de traços comuns entre eles/elas	Sexo
	Data de Nascimento
	Ano que se encontra a frequentar
	Estabelecimento de ensino que frequenta

Nas secções seguintes, encontram-se as questões relacionadas com o *grooming online*:

Professores: sete questões fechadas e uma aberta relacionadas com a perceção existente sobre o *grooming online* e sobre o conhecimento que têm acerca se algum dos seus/suas alunos/as já foi aliciado sexualmente através da Internet. As questões aplicadas permitem também sabermos se os estabelecimentos de ensino onde dão aulas promovem ações de prevenção sobre as potencialidades, os riscos associados ao uso da Internet e quais os públicos alvo das referidas ações formativas.

Alunos: cinco questões fechadas sobre a utilização da Internet, duas questões fechadas sobre o *grooming online* e a linha de apoio existente e oito questões fechadas sobre fatores

de risco e proteção. O inquérito por questionário aplicado aos/às alunos/as permite conhecer os hábitos de utilização da Internet, o número de horas despendidas diariamente com a Internet e redes sociais, o conhecimento existente sobre o *grooming online* e a forma como vêm os perigos inerentes à partilha de imagens e conteúdos de cariz sexual na Internet.

3.6 Procedimentos

Os inquéritos por questionário utilizados como instrumento de recolha de dados foram construídos especificamente para este estudo.

Previamente, foi solicitada à Direção Geral de Educação (DGE) autorização para a realização de um inquérito em meio escolar, tendo esta sido emitida.

Recorremos ao *Google Forms* (inquérito *online*) como meio de aplicação dos inquéritos por questionário e respetiva recolha de dados, com inclusão de consentimentos informados para os participantes no estudo, nos quais são explicitados os objetivos do estudo, a participação voluntária e a utilização dos dados para efeitos meramente investigativos. Cada participante (Professores/as ou Estudantes) apenas iniciou o preenchimento dos formulários lendo e declarando a aceitação das informações apresentadas, sendo que a não aceitação dos termos não permitiu o acesso ao instrumento de recolha de dados. Foi assegurado o anonimato e a confidencialidade das respostas dos estudantes. No que concerne à participação dos menores na investigação, foi primeiramente solicitada aos/às Encarregados de Educação (EE) uma autorização de participação dos seus/suas educandos/as.

Assim, o presente estudo contempla:

- Consentimento Informado de autorização de participação dos menores no Estudo por parte dos(as) Encarregados(as) de Educação;
- Consentimento Informado para Professores(as);
- Consentimento Informado para Alunos(as);

De forma a abranger o maior número de estudantes e professores/as do concelho de Odivelas, foi estabelecido um Protocolo de Parceria com a Entidade Instituidora do Instituto Superior de Ciências Sociais e o Município de Odivelas, de forma a podermos contar com a colaboração do Município na difusão pelas escolas do concelho do referido.

A distribuição dos *links* de preenchimento realizou-se a partir das redes de parceria institucionais entre o ISCE, a Câmara Municipal de Odivelas e os Agrupamentos de Escola do concelho, com a participação e acompanhamento do processo de recolha de dados por parte da mestranda. Após a divulgação dos *links* pelos contactos formais e após estarmos a ter dificuldade na recolha da informação, optámos por utilizar também o *Facebook* com intenção de alargar o número de respondentes

Os questionários foram apresentados pela seguinte ordem: Dados Sociodemográficos e Questões sobre o *grooming online*. O preenchimento demorou aproximadamente 2 minutos. Os dados foram reunidos numa grelha de *excel*, que permitiu as diferentes análises quantitativas, de modo a fundamentar as respostas à questão de partida deste estudo.

O presente estudo de caso é complementado com o trabalho de investigação desenvolvido pela colega de mestrado Ana Rita Esteves que permite analisar a perceção que alunos/as e encarregados/as de educação do concelho de Odivelas têm sobre o *grooming online*. O inquérito por questionário aplicado aos/às alunos/as serve de base às duas investigações desenvolvidas.

4. Resultados

Iniciamos o ponto quatro com a apresentação e respetiva análise aos resultados obtidos através dos inquéritos.

Terminado o processo de recolha de dados, houve lugar à organização, análise e interpretação dos mesmos, tendo em consideração os objetivos e as questões de investigação do estudo. A apresentação dos resultados será feita mediante a apresentação de tabelas e gráficos, permitindo uma fácil leitura e interpretação dos dados.

O inquérito por questionário iniciou com a informação relativa ao consentimento informado, permitindo assim a obtenção de autorização por parte doo/a aluno/a ou o professor/a na participação na investigação.

4.1 Descrição dos Resultados

4.1.1 Descrição dos Resultados dos Alunos/as

A análise dos dados incidiu nas respostas dos 46 estudantes, uma vez que, dos 52 inquéritos por questionários recolhidos, seis estudantes, após lerem as informações disponibilizadas no consentimento informado, declararam não aceitar participar na presente investigação

Dos 46 alunos que aceitaram fazer parte da investigação, 27 (58,7%) são do sexo feminino e 19 (41,3%) do sexo masculino.

Relativamente às idades dos inquiridos correspondentes às 27 alunas e aos 19 alunos, verifica-se que 54,6% dos inquiridos se situam entre os treze e quatorze anos, tal como apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - *Idade dos/as alunos/as inquiridos*

Idade	Número de respostas	Percentagem
17	1	2,2
16	3	6,5
15	7	15,2
14	14	30,4
13	11	23,9
12	4	8,7
11	2	4,2
Respostas não válidas	4	8,7
Total	46	100

No que concerne ao ano de escolaridade e de acordo com o Quadro 6, verificamos que os inquiridos frequentam maioritariamente o 3º ciclo de escolaridade (78,2%).

Quadro 6 – *Ano de escolaridade frequentado*

	Ano de escolaridade	Número de respostas	Percentagem (%)
2º ciclo	5º ano	3	6,6
	6º ano	6	13
3º ciclo	7º ano	16	34,8
	8º ano	14	30,4
	9º ano	6	13
Secundário	10º ano	0	0%
	11º ano	1	2,2
	12º ano	0	0
	Total	46	100

Relativamente aos estabelecimentos de ensino frequentados pelos inquiridos, destacamos que a Escola Básica 2,3 Moinhos da Arroja é representada em 68% dos nossos inquiridos. Este dado torna-se especialmente interessante de considerar, uma vez que podemos interpretar os restantes resultados valorizando o contexto identificado.

Quadro 7 – *Estabelecimento de ensino frequentado*

Estabelecimento de ensino	Número de respostas	Percentagem (%)
Escola Básica Vasco Santana	6	13,2
Escola Secundária Pedro Alexandrino	1	2,2
Escola Básica dos Castanheiros	2	4,4
Escola Secundária da Ramada	5	10
Escola Básica 2,3 Moinhos da Arroja	31	68
Resposta não válida	1	2,2
Total	46	100

Tendo em conta o tema em investigação, as respostas às questões seguintes permitem perceber a utilização que os/as alunos/as fazem da Internet em termos de regularidade e do número de horas despendidas no seu uso.

Torna-se evidente que os 89,1% dos jovens consideram que utilizam a Internet com regularidade. No que se refere ao número de horas de Internet, podemos verificar que 23,9 % dos jovens afirmam utilizar a Internet entre três a quatro horas, 21,7% utilizam entre duas a três horas e 21,7% dos jovens costumam estar mais de cinco horas por dia na Internet, como espelhado, de seguida, na *Figura 4*.

2.1.1- Se sim, quantas horas costuma estar na internet?

46 respostas

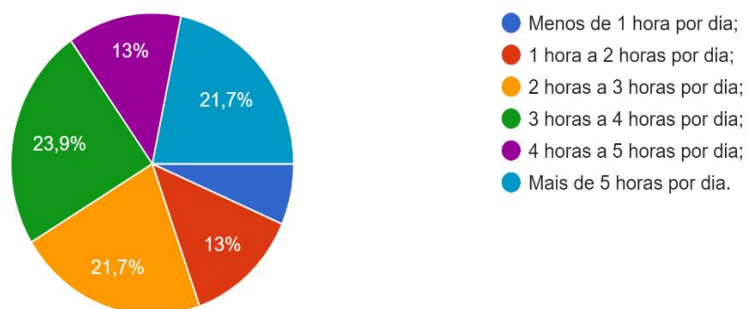


Figura 4. Número de horas de utilização da Internet

De referir que a utilização de menos de 1 hora por dia corresponde a 6,5%, os não utilizadores das redes sociais correspondem a dois alunos (12 e 13 anos) e uma aluna com 15 anos. Dos restantes 43 utilizadores, 11 utilizadores - sendo nove do sexo feminino (12, 12, 13, 14, 14, 14, 15, 16 e 17 anos) e duas do sexo masculino de 14 e 15 anos -, referem uma utilização da Internet que se situa entre as três a quatro horas diárias. A utilização que se situa no intervalo entre duas a três horas de utilização diz respeito 10 utilizadores que correspondem a cinco alunos (12, 12, 13, 14, 14 anos) e 5 alunas (13, 13, 13, 14, 14 anos), seguindo-se a utilização superior cinco horas, repartida também entre cinco utilizadores do sexo masculino (11, 12, 14, 14, 15 anos) e cinco do sexo feminino (13, 13, 14, 14 e 16 anos).

Quando questionados sobre a utilização de redes sociais, os inquiridos responderam maioritariamente (87%) de forma positiva, tal como demonstrado na *Figura 5*.

2.2- Utiliza redes sociais?

46 respostas

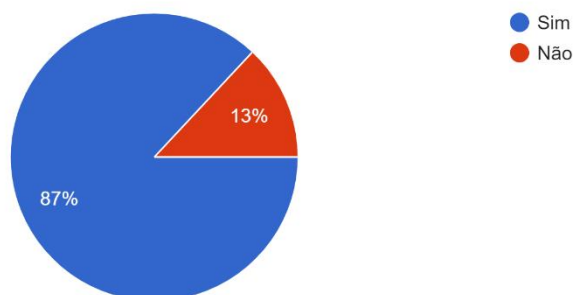


Figura 5. Utilização das redes sociais

A utilização das redes sociais ocupa grande parte do tempo dependido na Internet. Relativamente às redes sociais utilizadas, o Twitter, Instagram e o WhatsApp são as três redes sociais que têm junto dos/as alunos/as uma maior utilização (Figura 6).

2.2.1- Se sim, quais?

46 respostas

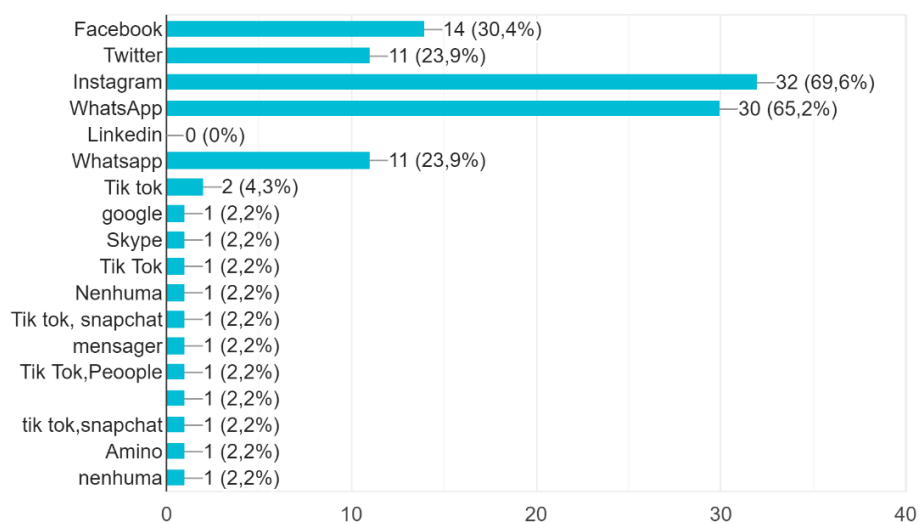


Figura 6. Redes sociais utilizadas

Relativamente ao número de horas que os inquiridos costumam despendar nas redes sociais (quadro 8), este intervalo de tempo varia entre menos de uma hora e mais de 5 horas - no entanto, a maior prevalência situa-se na utilização de três a quatro horas, seguida de duas a três horas e mais de cinco horas.

Quadro 8 – Número de horas utilizadas nas redes sociais

Nº horas usadas nas redes sociais	Idades	Nº de Alunos	Percentagem (%)
Menos de 1	14, 15	3	6
1 a 2	11, 12, 13, 15	6	13
2 a 3	12,13,14	10	22
3 a 4	12, 13,14, 15, 16,17	11	24
4 a 5	13,14,15, 16	6	13
Mais de 5	11, 12, 13, 14, 15	10	22

A análise à questão sobre o *grooming online* é de extrema importância para o tema abordado/explorado neste estudo, pois permite ajudar a perceber o conhecimento que os/as alunos/as têm sobre o tema. Dos 46 alunos/as que compõem a amostra, 37% reconhecem conhecer a terminologia *grooming*, embora 63% desconheçam, tal como evidenciado na *Figura 7*.

3.1- Já tinha ouvido falar da terminologia grooming: aliciamento com o objetivo final de abuso ou exploração sexual?

46 respostas

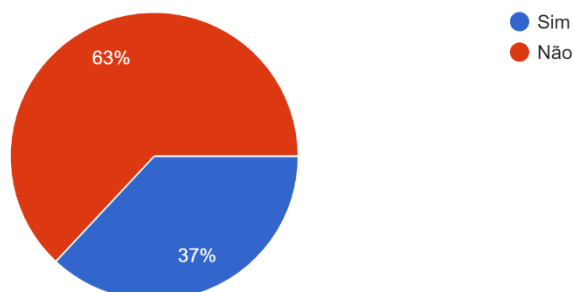


Figura 7. Perceção da terminologia *grooming*

Na questão, “em sua opinião, o *grooming* acontece com que frequência?” apenas 20 alunos/as responderam, resultando daí os seguintes dados:

Nunca: 1
 Poucas vezes: 0
 Algumas vezes: 8
 Muitas vezes: 11
 Sempre: 0

Quando questionados sobre a frequência de ocorrências do *grooming online*, os 20 jovens respondentes (correspondendo a 9,2% da amostra total) assinalam que o fenómeno acontece muitas vezes (11 respostas) e algumas vezes (8 respostas), existindo apenas um jovem que considera que o *grooming online* nunca se verifica.

3.2- Na sua opinião, o grooming online acontece com que frequência?
 20 respostas

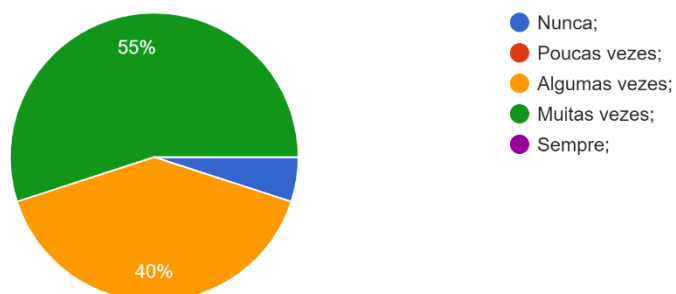


Figura 8. Frequência da ocorrência do *grooming*

Quando questionados sobre a forma como o *grooming online* pode acontecer, os/as 20 alunos/as responderam o seguinte:

Pessoas desconhecidas: 10
 Grupos de pares: 1
 Todas as respostas: 9

3.3 – Pensa que o grooming online pode ocorrer entre:

20 respostas

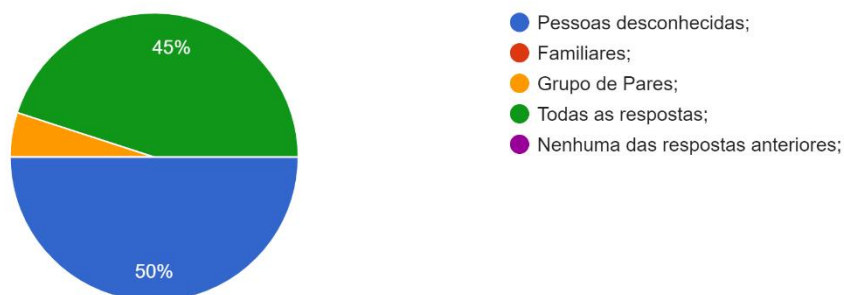


Figura 9. Forma de ocorrência do grooming online

Assim, e tal como demonstrado na *Figura 9*, 50% dos alunos referem que se trata de um fenómeno que acontece através de pessoas desconhecidas, ainda que os restantes 50% assinalem que o mesmo pode ocorrer através de todas as opções de resposta, ou seja, a partir do grupo de pares, familiares e pessoas conhecidas.

Quando questionados sobre a importância do *grooming online*, na atualidade, os inquiridos responderam:

Nada importante: 1

Pouco importante: 2

Importante: 4

Muito importante: 6

Extremamente importante: 7

3.4- Classifique o nível de importância do fenómeno grooming online nos dias de hoje:

20 respostas

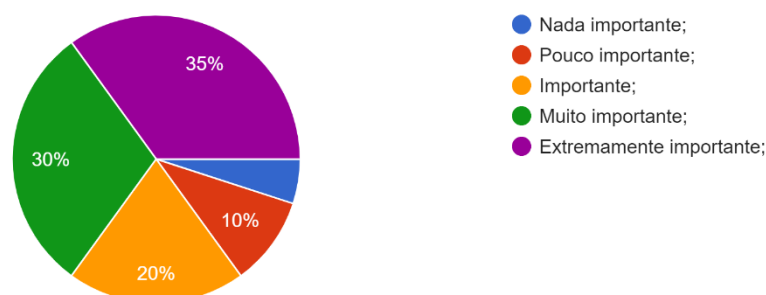


Figura 10. Importância do *grooming* online na atualidade

O *grooming online* assume-se como um fenómeno importante para os/as alunos/as - não obstante, 63% dos inquiridos terem respondido desconhecer o termo *grooming*.

Na questão sobre o conhecimento que têm sobre a existência de uma linha de apoio telefónica que permite denunciar uma situação de *grooming online*, apenas 15,2% dos alunos referem conhecer a linha.

3.5- Conhece a existência da Linha de Apoio (800219090) que pode contactar para denunciar um caso de grooming online?

46 respostas

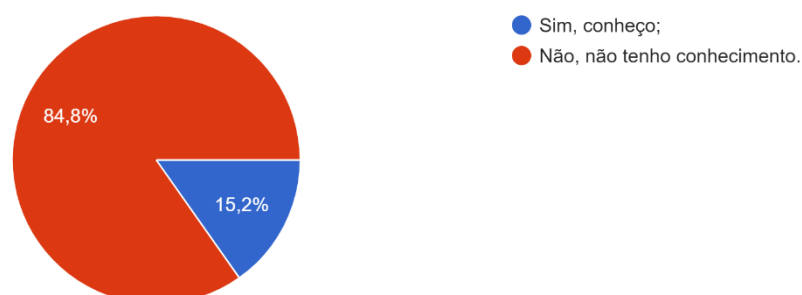


Figura 11. Conhecimento da Linha de Apoio 800 219 090

De referir que, na questão referente a possíveis contatos com desconhecidos na Internet, a baixa percentagem de alunos que manteve esse tipo de contatos pode indiciar algum cuidado relativamente aos potenciais perigos.

4.1- Já manteve contato com desconhecidos via internet?

46 respostas

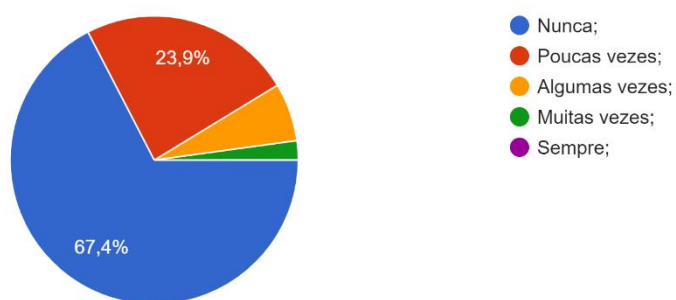


Figura 12. Frequência de contatos com desconhecidos na Internet

Quando questionados sobre a possibilidade de já terem recebido alguma proposta de troca de imagens ou de outro tipo de conteúdos de cariz sexual, somente quatro alunos/as referem ter-lhes sido proposta troca de imagens ou outro tipo de conteúdos de cariz sexual (Quadro 9).

Quadro 9 – Frequência de propostas de cariz sexual

Frequência	Número de respostas	Percentagem (%)
Nunca	42	91,
Poucas vezes	3	6,5
Algumas vezes	1	2,2
Muitas vezes	0	0
Sempre	0	0
Total	46	100

De referir que, quando questionados sobre se falam de sexo na Internet, apenas 13% admitem fazê-lo poucas vezes, 6,5% falam algumas vezes e 2,2% falam muitas vezes ou sempre. A maior percentagem (76,1%) abrange os inquiridos que nunca falaram de sexo na Internet (Quadro 10).

Quadro 10 – *Frequência das conversas sobre sexo na Internet*

Frequência	Número de respostas	Percentagem (%)
Nunca	35	76
Poucas vezes	6	13
Algumas vezes	3	6,6
Muitas vezes	1	2,2
Sempre	1	2,2
Total	46	100

Relativamente à questão com quem mantêm conversas sobre sexo na Internet, a maior percentagem surge com os amigos com 26,1%, seguida de familiares com 10,9 e desconhecidos com 4,3% (quadro 11). As respostas obtidas permitem nos validar, que tal como a literatura refere, os abusadores podem pertencer à esfera familiar, mas também ser pessoas de proximidade (amigos).

Quadro 11 – *Interlocutores das conversas sobre sexo*

	Número de respostas	Percentagem (%)
Amigo/a	12	26,1
Desconhecido/a	2	4,3
Familiar	5	10,9
Nunca falaram	27	58,7
Total	46	100

Questionados se durante algumas das conversas via Internet, lhes foi pedido sigilo sobre o teor das mesmas, dos 46 alunos/as que responderam a este inquérito por questionário, a 10 alunos foi-lhes solicitado sigilo sobre as conversas ocorridas (figura 13) na Internet e três sofreram ameaças ou foram lhes oferecidos presentes em troca de silêncio (figura 14).

4.4- Aquando das suas conversas via internet já:

4.4.1- Lhe disseram que não devia contar a ninguém sobre as conversas tidas?

46 respostas

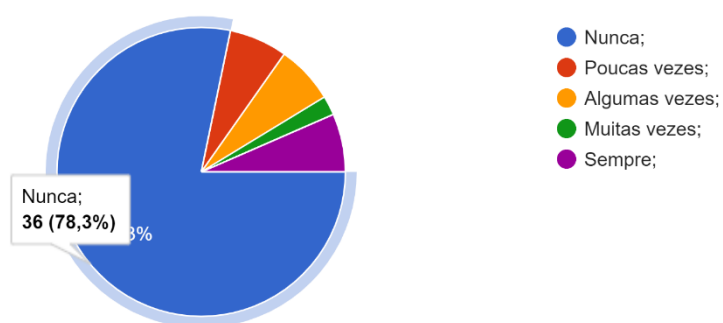


Figura 13. Pedidos de sigilo sobre conversas estabelecidas

4.4.2- Existiram ameaças ou oferta de presentes?

46 respostas

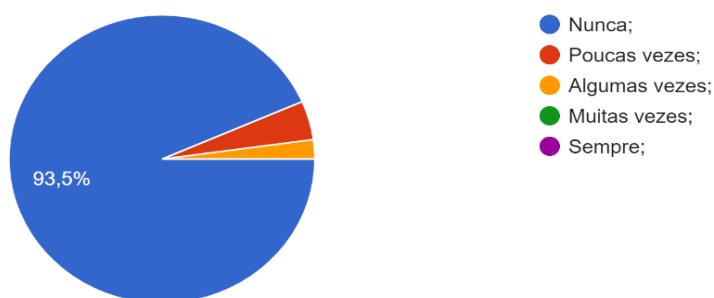


Figura 14. Frequência de ameaças

As respostas às questões sobre se alguém já tinha falado sobre os potenciais perigos associados ao uso da Internet e quem foram as pessoas que o tinham feito, permitem dar resposta a um dos objetivos específicos, ou seja, conhecer as ações de prevenção

ou intervenção desenvolvidas por parte da escola acerca dos perigos da Internet. Os números percentuais apresentados expressam a preocupação existente por parte dos professores, família, amigos e encarregados de educação em prevenir e informar os alunos sobre os perigos associados ao uso indevido da Internet (figura 16).

4.5-Já alguém falou consigo sobre os potenciais riscos associados ao uso da internet?

46 respostas

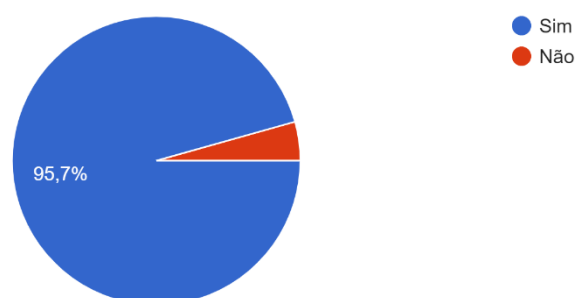


Figura 15. Alertas sobre os perigos associados ao uso da Internet

As respostas permitem-nos concluir que, de acordo com os alunos, os/as professores/as estão a par da família e dos/as encarregados/as de educação na prevenção e formação dos/alunos/as perante os perigos subjacentes ao uso indevido da Internet. De referir que na questão 4.5.1, alguns/algumas alunos/as selecionaram mais que uma opção.

4.5.1- Se sim, quem?

46 respostas

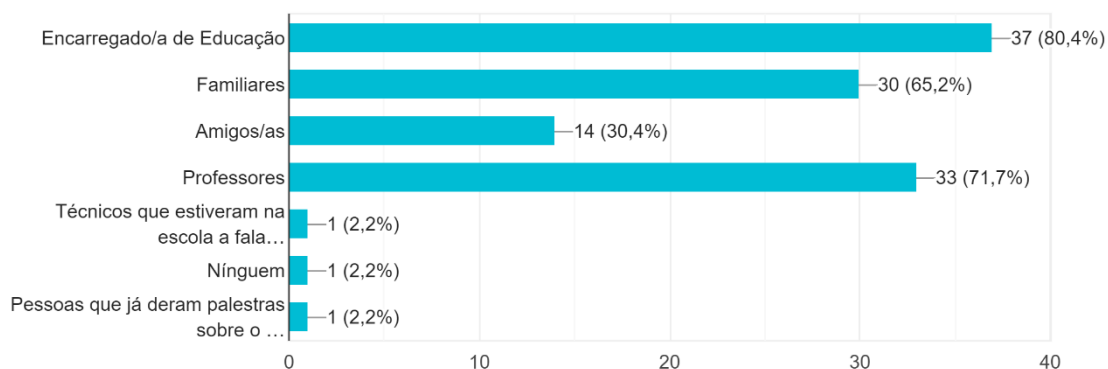


Figura 16. Pessoas que alertaram para os perigos do uso da Internet

4.1.2 Descrição dos Resultados dos/as Professores/as

A análise dos dados vai incidir nas respostas dos 62 professores/as, uma vez que dos 69 inquiridos por questionários recolhidos, sete professores/as após lerem as informações disponibilizadas no consentimento informado, declararam não aceitar participar na presente investigação

Os 62 professores inquiridos correspondem a 49 professoras e 13 professores, de acordo com a figura nº 17

1.1 - Sexo:
62 respostas

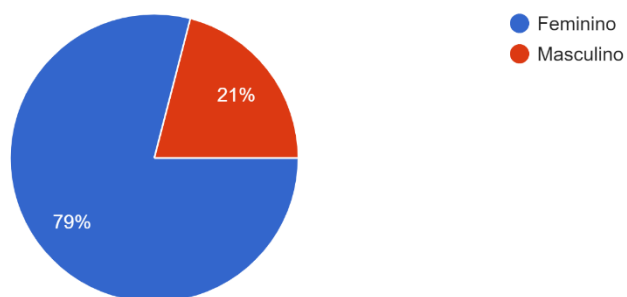


Figura 17. Sexo dos/das professores/as inquiridos/as

No que concerne à idade dos professores/as inquiridos, a idade média situa-se nos 48 anos, sendo que o mais novo tem 24 anos e o mais velho 63 anos e são ambas do sexo feminino (quadro 12).

Quadro 12 – Idade dos/as professores/as inquiridos

Idade (anos)	Nº de Professores	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Menos de 25	1	1	0
Entre 25 e 35	1	0	1
Entre 35 e 40	8	6	2
Entre 40 e 45	16	10	6
Entre 45 e 50	12	12	0
Entre 50 e 55	11	9	2
Entre 55 e 60	8	8	0
Entre 60 e 65	5	3	2
Total	62	49	13

Relativamente à questão, qual o ano de escolaridade em que leciona, a maior expressão encontra-se no 3º ciclo com 44%, ficando os restantes ciclos expressos da seguinte forma: 1º ciclo: 3%, 2º ciclo: 19% e secundário com 35% (figura 18).

1.3 - Ano(s) escolar(es) que leciona:

62 respostas

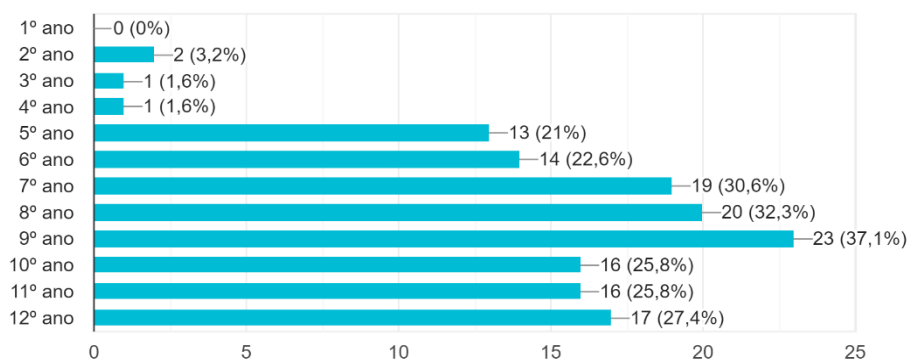


Figura 18. Ano(s) de escolaridade lecionado(s)

Os 62 professores/as que responderam, somente 34 coordenam enquanto Diretor/a de Turma, e um/a acumula duas Direções de Turma. Os restantes 28 não têm nenhuma Direção de Turma (figura 19).

1.4- É Diretor(a) de Turma?

62 respostas

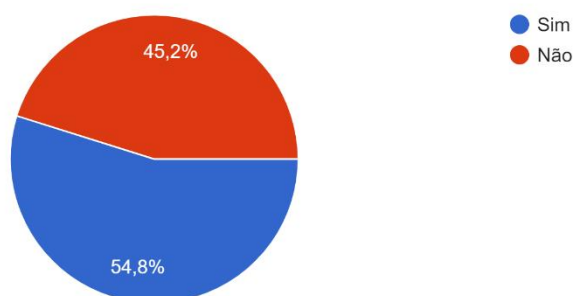


Figura 19. Função de Diretor/a de Turma

No que concerne à questão, qual o ano de escolaridade a que corresponde a Direção de Turma, a maior expressão encontra-se no 3º ciclo com 50%, ficando os restantes ciclos expressos da seguinte forma: 1º ciclo: 12%, 2º ciclo: 19% e secundário com 19% (figura 20).

1.4.1- Se sim, qual/quais o(s) ano(s) escolar(es)?

34 respostas

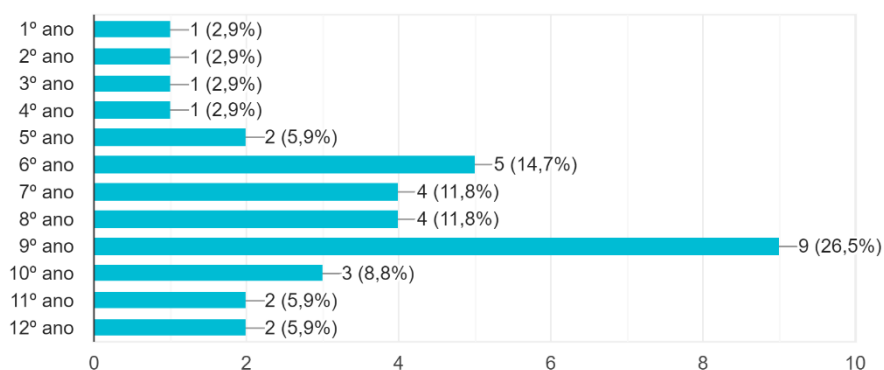


Figura 20. Diretores/as e respetivo ano de escolaridade

Quando questionados sobre se já tinham ouvido falar sobre o fenómeno do *grooming*, as percentagens são iguais para o conhecimento e o desconhecimento do *grooming online*, ou seja, 50% para ambas (figura 21). A análise a esta questão é muito importante pois permite compreender como os/as professores/as reconhecem o termo *grooming* e responder a um dos objetivos deste inquérito por questionário.

2.1- Já tinha ouvido falar sobre o fenómeno grooming online?

62 respostas

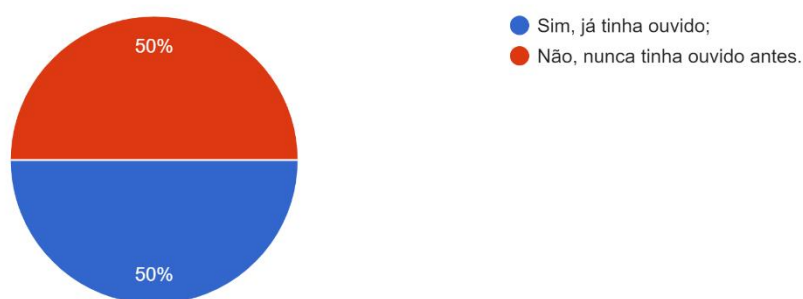


Figura 21. Conhecimento do *grooming online*

Na questão seguinte referente à frequência do *grooming online*, 40 professores/as referiram que o *grooming* acontece algumas vezes, 13 referem muitas vezes, dois referem nunca e sete professores/as referem poucas vezes (figura 22).

2.2- Na sua opinião, o grooming acontece com que frequência?

62 respostas

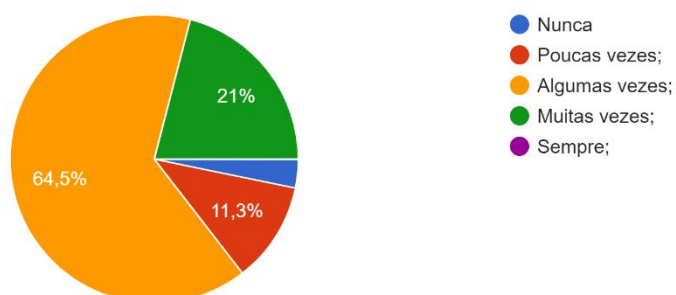


Figura 22. Frequência do *grooming online*

Na questão seguinte que permite perceber a noção que os/as professores/as acerca da importância que *grooming* tem na atualidade, 23 professores/as referem extremamente importante, 18 importante, 20 muito importante e somente um refere pouco importante (figura 23).

2.3- Classifique o nível de importância do fenómeno grooming online nos dias de hoje:
62 respostas

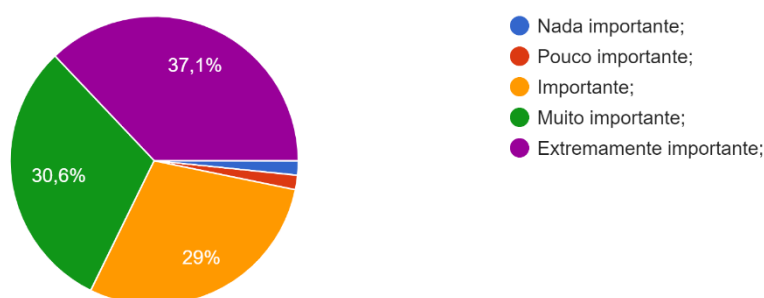


Figura 23. Importância do *grooming online* na atualidade

O *grooming online* revela-se como um fenómeno importante para a maioria dos/as professores/as inquiridos/as (96,7%).

Nas respostas à questão se tiveram conhecimento de algum aluno já foi vítima de *grooming online*, permite aferir sobre um dos objetivos específico deste estudo. Das 62 respostas, 55 dizem respeito a professores/as que não têm conhecimento (88,7%) de que um dos/das seus/as alunos/as foram vítimas de *grooming online* e sete (11,3%) referem ter conhecimento de que entre os seus/suas alunos/as existem vítimas, tal como evidenciado na figura 24.

2.4- Tem conhecimento se algum(s)/a(s) do(s)/a(s) seu(s)/a(s) aluno(s)/a(s) já foi vítima de grooming online?
62 respostas

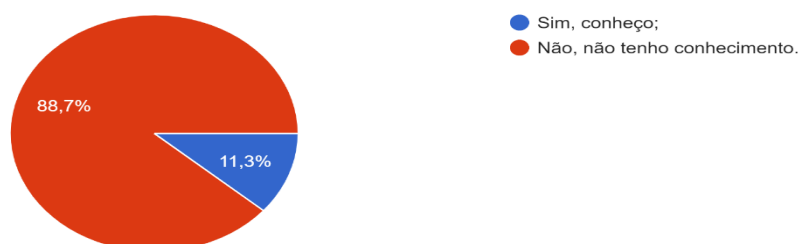


Figura 24. Conhecimento da existência de vítimas entre os/as alunos/as

Perante a questão de como agiriam perante uma situação de vitimização, denunciar é a atitude mais consensual entre os professores, no entanto três professores/as assinalaram a opção “não sabe” (quadro 13).

Quadro 13 – *Atitudes perante situação de vitimização*

Resposta	Número de respostas	Percentagem (%)
Não sabe	3	4,8
Denunciava às autoridades	18	29
Denunciava à Direção da Escola	13	20,9
Falava com aluno/a	5	8,2
Falava com os pais ou Encarregados/as de Educação	6	9,7
Denunciava às Autoridades e aos Pais	11	17,7
Pedia ajuda	6	9,7
TOTAL	62	100

Dos 62 professores/as inquiridos, 42 (68%) referem que denunciariam à Escola, aos pais e às autoridades, 17 (27%) (falavam com o/a aluno/a, com os pais ou encarregado/as de educação e somente 3 (5%) referiram não saber o que fariam perante um/a aluno/a vitimizado/a

A questão seguinte permite saber se a escola onde trabalham promove ações de formação sobre os riscos associados ao uso da Internet e responder a um dos objetivos desta tese que pretende conhecer a prevenção que tem sido desenvolvida pelas escolas junto dos/as alunos/as acerca dos perigos da Internet. Dos 62 professores inquiridos, 58 responderam que sim e quatro professores/as referem que não (figura 25)

2.6- O seu estabelecimento de ensino tem desenvolvido ações sobre as potencialidades e os riscos associados ao uso da internet?

62 respostas

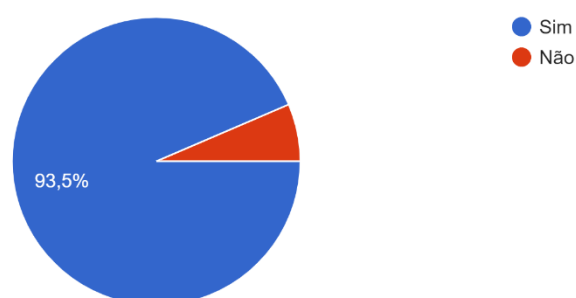


Figura 25. Ações de prevenção ou intervenção sobre os riscos da Internet

As respostas à questão sobre qual a população que foi alvo de formação permitem concluir que as escolas promovem ações de formação sobretudo para alunos/as, alunos/as e professores/as e encarregados/as de educação. De referir o papel da escola preventivo e interventivo relativamente aos interventores na educação (professores/as, alunos/as e encarregados/as de educação) face aos perigos associados à utilização da Internet (figura 26).

2.6.1- Se sim, qual/quais o(s) público(s)-alvo?

62 respostas

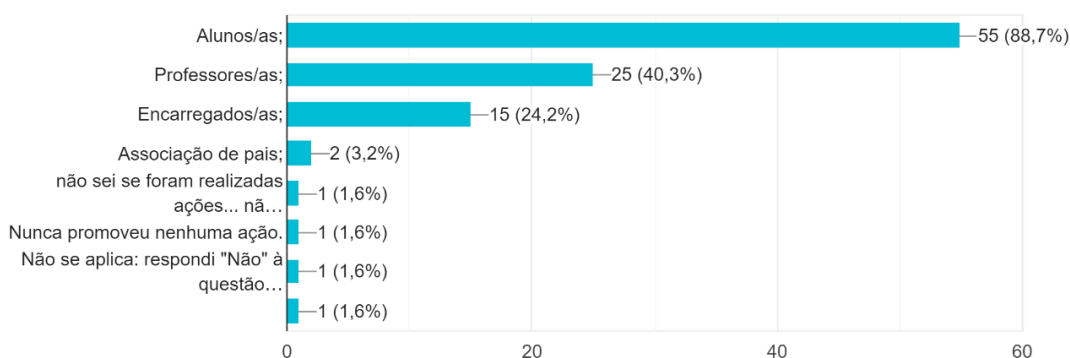


Figura 26. Público alvo das ações de prevenção ou intervenção

No que concerne à temática abordada nas ações de formação ministradas a professores/as, alunos/as e encarregados/as de educação, elas versaram sobretudo sobre o perigo de falar com estranhos, a partilha de imagens e de conteúdos pessoais e inapropriados. Os temas abordados refletem a preocupação com os perigos associados a um uso indevido da Internet do qual o *grooming online* faz parte (figura 27).

2.6.1.2- Quais os temas que têm sido abordados?

62 respostas

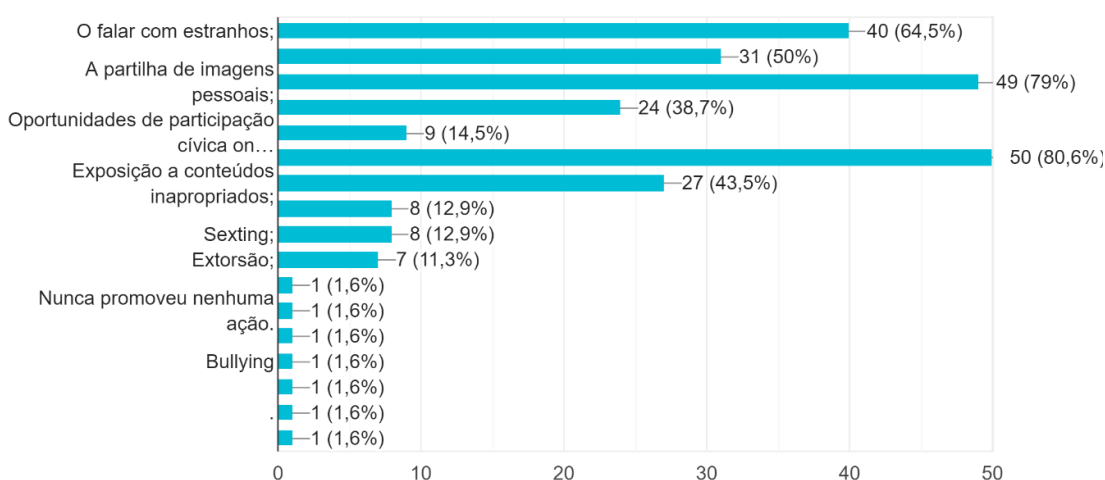


Figura 27. Temática das ações de prevenção ou intervenção

A última questão, permite perceber qual o conhecimento que os/as professores/as têm sobre a Linha de Apoio Internet Segura e de acordo, os 46 professores/as que responderam a esta questão, somente cinco tinham conhecimento por oposição aos 41 que não tinham conhecimento da possibilidade de contatar esta linha para denunciar situações de *grooming online* (figura 28). De referir que na questão perante a questão de como agiriam perante uma situação de vitimização, denunciar às autoridades e à direção da escola, são as ações que os 42 professores/as tomariam, mas nenhum/a daqueles que referem conhecer a existência da Linha de Apoio, referiu que denunciaria junto da referida Linha.

2.7 - Conhece a existência da Linha de Apoio (800219090) que pode contactar para denunciar um caso de grooming online?

46 respostas

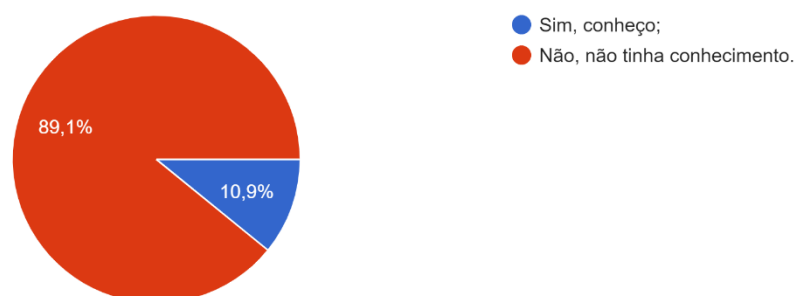


Figura 28. Conhecimento da Linha de Apoio 800 219 090

4.2 Discussão dos Resultados

O *grooming online* é o processo através do qual um adulto recorre à Internet, através de telefones móveis, salas de conversação (chat) ou jogos em rede, para estabelecer contacto com uma criança ou jovem, com o objetivo de desenvolver uma relação sexualmente abusiva.

O presente estudo tem como objetivo conhecer a perceção que alunos/as e professores/as do concelho de Odivelas têm face ao fenómeno do *grooming online*, por forma a desenvolver ações promotoras dos fatores de proteção e prevenir situações de risco.

Como explicado anteriormente, partindo dos objetivos gerais da investigação, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar se os /as professores/as têm conhecimento de algum aluno/a vítima de *grooming*;
- Conhecer ações de prevenção ou intervenção desenvolvidas por parte da escola junto dos/as alunos/as acerca dos perigos da Internet;
- Identificar a forma como os/as alunos/as encaram a segurança na Internet.

Relativamente aos dados recolhidos, foi possível concluir que apenas 9% dos alunos/as, quando questionados sobre a possibilidade de terem recebido alguma proposta de troca de imagens ou de outro tipo de conteúdos de cariz sexual, respondeu afirmativamente. Os alunos em análise admitem, na maioria dos casos, usar a Internet durante três a cinco horas por dia. A literatura afirma que são as raparigas a ter uma tendência superior para serem vítimas de *grooming online* (Baumgartner et al, 2010) e os rapazes como sendo aqueles que mais utilizam a Internet Livingstone et al. (2012), embora os dados obtidos se revelem opostos - as raparigas são quem mais utiliza a Internet e, quanto à vitimização, os dados revelaram um empate, com dois rapazes e duas raparigas.

Dos alunos/as inquiridos, 9% referiu ter sido vítima de uma situação que configura *grooming online*, não obstante a família, os amigos e os/as encarregados/as de educação terem alertado para os potenciais riscos associados ao uso da Internet.

Relativamente ao contato com desconhecidos, 15 alunos/as referiram tê-lo feito e cinco destes alunos mantiveram conversas sobre sexo.

As redes sociais mais utilizadas são o Twitter, Instagram e o WhatsApp

Relativamente aos professores, e em resposta a uma das questões desta investigação relativas ao conhecimento por parte dos/as professores/as se algum/uma dos/as seus/as alunos/as foram vítimas de *grooming*, sete professores/as referiram saber da existência de vítimas entre os/as alunos/as. A literatura refere que uma sociedade de nativos digitais requer professores que se devem colocar simultaneamente como mestres e aprendizes e que a interação estabelecida seja de comunicação didática com os estudantes (Lencastre, 2009). Podemos afirmar que existe concordância entre os dados apurados e a literatura existente, tendo em conta as respostas obtidas.

Relativamente às ações de prevenção ou intervenção promovidas pela escola, este estudo concluiu que, no universo dos 62 professores/as, 58 referiram que o estabelecimento de ensino em que trabalham tem desenvolvido ações sobre as potencialidades e os riscos associados ao uso da Internet, abrangendo os/as estudantes, os/as professoras/as e também os/as encarregados/as de educação e permite, portanto, verificar a preocupação existente em proteger os/as alunos/as. O desenvolvimento destas ações por parte da escola mostra coerência com os dados disponibilizados pela literatura sobre a importância de haver diálogo, reflexão e capacitação entre pais, professores, alunos e comunidade em geral (Costa, 2014).

No que concerne ao conhecimento por parte dos/as professores/as de que algum/a dos seus alunos/as tenham sido vítimas de *grooming*, sete professores/as referiram saber da existência de vítimas entre os/as alunos/as. Podemos afirmar que existe concordância entre os dados apurados e a literatura existente, uma vez que uma sociedade de nativos digitais requer professores que devem colocar simultaneamente como mestres e aprendizes e que a interação estabelecida seja de comunicação didática com os estudantes. (Lencastre, 2009).

Um dos objetivos desta investigação visava identificar a forma como os/as alunos/as encaram a segurança na Internet. O nosso estudo revelou que além do/as professores/as e dos/as encarregados/as de educação, também a família muito contribui na formação e prevenção relativamente aos perigos decorrentes ao uso indevido da Internet, quer através de ações de formação e informação, quer através de conversas informais.

5. Conclusões, Limitações e Recomendações

5.1 Conclusões

As plataformas associadas às redes sociais visam estabelecer contatos entre as pessoas e compartilhar informações que podem ser pessoais, profissionais ou comerciais. A navegação proporcionada pelas redes sociais influi no modo como trabalhamos, como nos relacionamos e reagimos com os nossos pares, a nossa família e com o mundo de uma forma global.

A par da facilidade de navegarmos pelo mundo sem sairmos do conforto do nosso lar, os perigos espreitam e instalam-se. As crianças e os jovens, pelas características que o crescimento espolta, procuram por todos os meios obter informações e ampliar o conhecimento, mesmo à custa de correrem perigos. Os pais, os/as encarregados/as de educação e os/as professores/as são quem estão mais bem colocados relativamente às crianças e jovens para poderem agir na defesa, acompanhamento e controlo face aos perigos decorrentes do uso indevido da Internet.

A questão de partida desta investigação pretendia saber a perceção que alunos/as e professores/as do concelho de Odivelas têm sobre o *grooming online*, tendo sido possível concluir, pela recolha de dados, que 37% dos/das professores e 50% dos/as alunos/as conhecem o termo *grooming*.

O desconhecimento do termo *grooming online* deixa a descoberto os riscos que as crianças e jovens correm ao permanecer muitas horas na Internet, procurando interagir e a sentirem-se parte integrante da comunidade. O *online* requer cuidados acrescidos que podem acautelados com a intervenção dos adultos (pais, professores/as e encarregados/as de educação), alertando para as consequências nocivas associadas à disponibilização de informação pessoal e ao contato com desconhecidos.

Conversar com os/as alunos/as sobre o uso da Internet pode ser decisivo na prevenção de uma utilização segura, mas pode igualmente ajudar as crianças e os jovens a refletir sobre o impacto que a exposição pessoal de identidade e privacidade pode ter nas suas vidas. É importante que a escola reforce o seu papel de formar e informar numa ótica de prevenção e capacitação no uso correto da Internet, alertando para os perigos associados ao uso indevido.

Existe a necessidade de se promover campanhas de prevenção e sensibilização que alertem para o fenómeno do *grooming online* e que visem a consciencialização das crianças e jovens para os perigos inerentes ao uso indevido da Internet. Urge apostar na prevenção primária, desenvolvendo competências sociais, emocionais e de comportamento em crianças e jovens, antecipando riscos.

As respostas recolhidas na questão sobre como agiriam os/as professores/as perante uma situação de vitimização revelaram que 68% dos inquiridos/as denunciariam às autoridades, ao estabelecimento escolar e aos pais. A questão que se coloca é: como iriam as autoridades tratar a denúncia, tendo em conta que, em Portugal, o *grooming online* ainda aguarda por legislação específica.

Existe legislação para crimes contra a liberdade sexual e para crimes contra a autodeterminação sexual, que englobam coação sexual, violação e abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, fraude sexual, importunação sexual, abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes, atos sexuais com adolescentes, pornografia de menores, aliciamento de menores para fins sexuais - no entanto, aliciamento sexual *online* ainda não tem legislação específica que puna a sua prática. O *grooming online* não deve ser trabalhado ao nível da sexualidade, mas sim ao nível dos riscos associados ao uso indevido da Internet, reconhecendo quando alguém é vítima de *grooming* e a importância de se pedir ajuda quando tal ocorre.

Assim sendo, é fundamental que este tema seja cada vez mais divulgado e explorado não só ao nível da prevenção, mas também da intervenção, dotando as crianças, os jovens, os pais, os/as encarregados/as de educação e os/as professores/as, com ferramentas para enfrentarem os riscos do *grooming*.

De referir que também a Educação Social tem um papel preventivo no desenvolvimento de competências e estratégias junto das crianças e jovens: esta trabalha com e para todos, tendo o objetivo de melhorar as condições de vida das crianças e jovens.

A intervenção da Educação Social prender-se-á sobretudo no:

- Desenvolvimento de competências com as crianças e os jovens sobre o uso excessivo e incorreto da Internet;
- Alerta para os riscos inerentes ao uso da Internet;
- Alerta aos/as encarregados/as de educação para a possibilidade de instalação, nos dispositivos móveis, de filtros parentais de modo a que possam controlar os acessos online de crianças e jovens;

- Desenvolvimento de habilidades que permitam às crianças e jovens protegerem-se quanto à troca de informações, de imagens pessoais, no estabelecimento de conversação com estranhos e na marcação de encontros com estranhos.
- Promoção de sentimentos de confiança para que, em caso de *grooming*, as crianças e jovens se sintam à vontade para procurarem apoio junto dos pais, dos/as professores/as e dos/as encarregados/as de educação, de forma a que sintam acompanhados e seguros.

A prevenção do *grooming online* é da responsabilidade de todos/as.

A família e a escola têm um papel crucial enquanto orientadores na utilização da Internet, pelo que se lhes exige atenção na identificação de todos os sinais estranhos de comportamento que as crianças e jovens possam apresentar. Assim, e de forma a que possam orientar quanto ao uso correto da Internet com um conhecimento específico dos riscos, é importante que haja diálogo, reflexão e capacitação entre pais, professores, alunos e comunidade em geral (Costa, 2014).

A investigação desenvolvida permitiu constatar que a Internet é uma ferramenta de uso diário e com muitas horas de navegação por parte de alunos/as, pelo que é muito importante desenvolver ações de prevenção e intervenção visando a proteção e a capacitação das crianças e jovens relativamente à utilização das redes sociais (de forma segura e saudável) e alertando para os riscos do uso indevido da Internet.

De realçar a importância que a colaboração da Câmara Municipal de Odivelas teve na divulgação dos instrumentos de investigação pelos agrupamentos e escolas não agrupadas do concelho, que permitiu chegar ao maior número de alunos/as e professores/as possível.

5.2 Limitações

Uma das grandes limitações deste estudo prende-se com a pouca adesão dos professores/as e alunos/as, não permitindo uma recolha de dados representativa, inviabilizando assim a possibilidade de se poder fazer um retrato concelhio relativamente ao *grooming online*.

Também o número reduzido de respostas ao inquérito por questionário disponibilizado em todas as escolas do concelho de Odivelas limitou o cumprimento dos objetivos do estudo, que pretendia conhecer a perceção que estudantes e professores/as do concelho de Odivelas têm sobre o *grooming online*.

5.3 Recomendações

Tendo em conta a pertinência do *grooming online*, parece-nos que será fundamental não só continuar a investir no estudo deste fenómeno, como também em campanhas de informação e sensibilização sobre o *grooming online* e os perigos associados ao uso indevido da Internet junto de jovens, professores/as, pais e encarregados/as de educação.

É importante que se realizem formações psicopedagógicas nas escolas, de forma a prevenir o *grooming online*, sensibilizando as crianças e jovens para o risco de poderem ser vítimas deste fenómeno.

6. Referências bibliográficas

Abrantes, A. (2016). *O Problema do Aliciamento de Menores através da Internet para fins sexuais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa: Porto. Consultado em:

<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21940/1/Alexandra%20Catarina%20Silva%20Abrantes.pdf>

Aranha, T., Benazzi, A. (2012). *As Rachaduras da Solidão*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIX Prêmio Expocom 2012 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação, 1-9.

Azevedo, M. & Maia, A. (2006). *Maus – tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores

Azevedo, S. (2011). *Técnicos Superiores de Educação Social: Necessidades e pertinência de um estatuto profissional*. Porto: Fronteira do Caos Editores

Berarducci, L. (2009). *Traditional Bullying Victimization and New Cyberbullying Behaviors*. The College of Arts and Sciences. University of Dayton: Ohio.

Berson, I. (2003). *Grooming Cybervictims*. Journal of School Violence, 2(1), 5-18, doi:10.1300/J202v02n01_02.

Caride, J., Gradaille, B. & Caballo, R. (2015). *De la pedagogía social como educación, a la educación social como Pedagogía*. Consultado em: [https://www.researchgate.net/publication/286442400 De la pedagogia social como educacion a la educacion social como Pedagogia](https://www.researchgate.net/publication/286442400_De_la_pedagogia_social_como_educacion_a_la_educacion_social_como_Pedagogia)

Costa, A. (2014) *Redes Sociais na Internet: o que fazem as crianças/jovens e o que pensam os encarregados de educação*. (Mestrado) Universidade do Minho Instituto de Educação: Minho. Consultado em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/30223/1/Ana%20Maria%20Leite%20Costa.pdf>

Craven, S., Brown, S., & Gilchrist, E. (2006). *Sexual grooming of children: Review of literature and theoretical considerations*. Journal of Sexual Aggression, 12 (3), pp. 287-299. doi:10.1080/13552600601069414.

Cunha, C. (2014). *Fatores de risco e protetores da delinquência juvenil em jovens com medida tutelar educativa*. Dissertação de Mestrado. Consultado em:

https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15170/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_CI%C3%A1udia%20Cunha.pdf

Eurostat (2017). *Internet access and use statistics - households and individuals*. European Union: Eurostat Statistics Explained. Recuperado de: [http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/Internet_access_and_use_statistics - households and individuals](http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/Internet_access_and_use_statistics_-_households_and_individuals)

Félix, C. (2014). *A Segurança na Internet no 1º ciclo do Ensino Básico: Utilização da Internet como recurso educativo na prática supervisionada* (Mestrado). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco: Castelo Branco. Consultado em: https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2683/1/tese%20final_carina.pdf

Ferrari, A. (2012). *Digital competence in practice: an analysis of frameworks*. Sevilha: JRC-IPTS

Ferreira, T. (2014). *Segurança na Internet: uma aprendizagem para o presente* (Mestrado). Universidade do Minho: Minho. Consultado em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38130/1/T%C3%A2nia%20Margarida%20Marques%20Ferreira.pdf>

Fonseca, A. (2004). *Crianças Jovens em Risco*. In M. Helena da Silva, A. Castro Fonseca, Luís Alcoforado, M. Manuela Vilar e Cristina Vieira (Eds). *Crianças Jovens em Risco*. Coimbra: Editora Almedina

Gonçalves, B., & Nuernberg, D. (2012). *A dependência dos adolescentes ao mundo*. Florianópolis, 46, 165-182. Consultado em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2012v46n1p165>

Gonçalves, M. (2015). *Controlo e supervisão parental na Internet. Fontes de apoio e usos da Internet na parentalidade de adolescentes* (Dissertação de mestrado) Faculdade Economia. Universidade do Porto, Porto.

Guia de orientações para os profissionais da saúde na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo

Habigzang, L. F., & Koller, S. (2011). *Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Aspectos Conceituais e Estudos Recentes*. In L. F. Habigzang, & S. Koller (Orgs.). *Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: Manual de capacitação profissional* (1ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Hargreaves, A. (2003). *O Ensino na Sociedade do Conhecimento: a educação na era da insegurança*. Coleção Currículo, Políticas e Práticas. Porto: Porto Editora.

Iglesias, E., Larrañaga, G. Casado del Río, M. (2015): “Percepção das crianças sobre a mediação dos pais sobre os riscos da Internet”. *Revista Latina de Comunicação Social*, 70, pp. 49 a 68 INE. (2016). Consultada em <http://www.revistalatinacs.org/070/paper/1034-UP/04en.html>

Jonassen, H. (2007). *Computadores, Ferramentas cognitivas: Desenvolver o pensamento crítico nas escolas*. Porto: Porto Editora.

Lencastre, A. (2009). *Educação On-line: um estudo sobre o blended learning na formação pós-graduada a partir da experiência de desenho, desenvolvimento e implementação de um protótipo Web sobre a Imagem*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho

Livingstone, S., Haddon, L., Görzig, A., Ólafsson, K. (2012). *Resumo do Projecto EU Kids Online: Relatório Final*. London: EU Kids Online, LSE consultado em: <http://eprints.lse.ac.uk/45490/>

Livingstone, S. & Haddon, L. (2009). *Kids online: opportunities and risks for children*. LSE Research Online: Londres. Consultado em: [http://eprints.lse.ac.uk/30130/1/Kids_online_introduction_\(LSERO\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/30130/1/Kids_online_introduction_(LSERO).pdf)

Martins, E., (2013) *A Pedagogia Social/Educação Social nos meandros da comunidade e da escola*. Castelo Branco: Escola Superior de Educação de Castelo Branco. Consultado em: https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2654/1/Educare%20educere_Ernesto_Martins.pdf

Martins, S. (2013). *A Infância, a Internet e a Mediação Parental* (Mestrado). ISCTE-UII: Lisboa. Consultado em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7785/1/Tese%20A%20Infância%2c%20A%20Internet%20e%20a%20Mediação%20Parental.pdf>

Martins, C., Rodrigues, C., Ponte, C., Simões, J., Batista, S., Jorge, A., Castro, T., Salvador, A., Libermann, L., & Alves, P. (2017). *Crescendo entre ecrãs: Usos de meios eletrónicos por crianças (3-8 anos)*. Lisboa: ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação. Consultado de: <https://www.Internetsegura.pt/sites/default/files/crescendo-entre-ecras.pdf>

McAlinden, A. (2006). "Setting up": Personal, familial and institutional grooming 43 in the sexual abuse of children. *Social and Legal Studies*, 15, 339-362. doi:10.1177/0964663906066613

McAlinden, A. (2013). Grooming and the sexual abuse of children: implications for sex offender assessment, treatment and management. *Sexual Offender Treatment*, 1(8). Retirado de <http://www.sexual-offender-treatment.org/118.html>

Montiel, I., Carbonell, E., & Pereda, N. (2015). *Multiple online victimization of Spanish adolescents: Results from a community sample*. *Child abuse & neglect*, 52, 123-134

Moyano, I. (2012). *Documentation for model transparency*. *System Dynamics Review*, 28, 199–208.

Nikken, P., & Haan, J. de. (2015). *Guiding young children's Internet use at home: Problems that parents experience in their parental mediation and the need for parenting support*. *Cyberpsychology*, 9 (1). <http://doi.org/10.5817/CP2015-1-3>

O'Connell, R. (2003). *A typology of child cybersexexploitation and online grooming practices*. Cyberspace Research Unit, University of Central Lancashire. Retirado de <http://image.guardian.co.uk/sysfiles/Society/documents/2003/07/17/Groomingreport.pdf>.

Patrão, I. (s.d.). *Problematic Internet Use in young portuguese people: clinical intervention*. ISPA: Lisboa. Consultado em: [https://www.dianova.ngo/wp-content/uploads/2016/12/Problematic Internet use in young portuguese people Ivone Patrao port.pdf](https://www.dianova.ngo/wp-content/uploads/2016/12/Problematic%20Internet%20use%20in%20young%20portuguese%20people%20Ivone%20Patrao%20port.pdf)

Planken, E. (2015). "Child sexual abuse on line: grooming", Direção Geral da Política e da Justiça, e.book Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças Na Área da Justiça, 18 Novembro de 2016 in http://www.dgpj.mj.pt/sections/DestBanner/convencao-delanzarote/downloadFile/attachedFile_2_f0/e.book_Direitos_das_Crianças.pdf?nocache=1450712651.33

Ponte, C. (2013). *Kids Online: riscos e desafios da inclusão digital*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa. Consultado em: <http://www4.fcsh.unl.pt/eukidsonline/>

Quivy, R.; Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

Ribeiro, M., & Sani, A. (2009). Risco, proteção e resiliência em situações de violência, *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 6, 400–407;

- Ricardo, R. (2013). *A(s) Realidade(s) do Educador Social no Algarve* (Mestrado). UAlgESEC: Faro. Consultado em: https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3363/1/disserta%C3%A7%C3%A3o_RuteR.pdf
- Santo, A. (2014). *Jovens e Comportamentos. Delinquentes: “Ponte” - Programa de prevenção face à recidiva*. Dissertação de Mestrado. Consultado em: http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6332/Tese%20da%20Yara_Janeiro%20Final%20-%20TE%C3%93RICA%201.pdf?sequence=1;
- Simões, J. (2010). *Oportunidades e riscos no uso da Internet por crianças e jovens: algumas conclusões do projeto EU Kids online*. *Media & Jornalismo*, 16, 49-62. Consultado em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/16artigo3.pdf>
- Vaala, S. E., & Bleakley, A. (2015). *Monitoring, mediating, and modeling: Parental influence on adolescent computer and Internet use in the United States*. *Journal of Children and Media*, 40–57. <http://doi.org/10.1080/17482798.2015.997103>
- Valke, M., Bonte, S., De Wever, B., & Rots, I. (2010). *Internet parenting styles and the impact on Internet use in primary school children*. *Computers & Education*, 55, 454-464.
- Vieira, A. & Vieira, R. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações. Profidifções*. Consultado em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/2164/1/1.pdf>
- Whittle, H., Hamilton-Giachritsis, C., Beech, A., & Collings, G. (2013). *A review of online grooming: Characteristics and concerns*. *Agression and Violent Behaviour*, 18, 62- 70. <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2012.09.003>.
- Winters, G. M., & Jeglic, E. L. (2016). *Stages of Sexual Grooming: Recognizing Potentially Predatory Behaviors of Child Molesters*. *Deviant Behavior*, 1-10, doi: 10.1080/01639625.2016.1197656
- World Health Organization (WHO). (1999). *WHO Consultation on Child Abuse Prevention*. Geneva:

7. Apêndices

Apêndice 1



Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Educativas

CONSENTIMENTO INFORMADO AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO

Caro(a) Encarregado(a) de Educação,

Serve o presente documento para solicitar a autorização para que o seu/sua educando/educanda possa participar num estudo sobre a Prevenção do Grooming Online (Aliciamento de crianças e jovens pela Internet), desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Social: Especialização em Crianças e Jovens em Risco, do Instituto Superior de Ciências Educativas. A colaboração do seu/sua educando(a) consiste no preenchimento de um inquérito por questionário online sobre a temática em estudo. A aplicação do inquérito realizar-se-á em contexto escolar e tem a duração de cerca de 5 minutos.

A participação do seu/sua filho(a) no presente estudo é totalmente voluntária, podendo interromper a sua colaboração a qualquer momento. A informação recolhida será confidencial e só será utilizada para fins investigativos. As respostas aos questionários serão codificadas através de um número de identificação pelo que o anonimato é garantido.

Para o esclarecimento de qualquer questão adicional poderá contactar a equipa de investigação através do e-mail filipa.coelhoso@isce.pt.

Obrigada pela sua colaboração.

Eu, _____, Encarregado de Educação do(a) Estudante _____ do _____º ano de escolaridade, da turma _____, da Escola _____, autorizo o(a) meu/minha educando(a) a participar no estudo supracitado e declaro que fui informado das condições de aplicação e da garantia de respeito dos dados e confidencialidade cedidos.

Assinatura do(a) Encarregado de Educação

Apêndice 2

22/07/2020

Grooming Online Alunos/as

Grooming Online Alunos/as

Caro/a Participante,

O presente Consentimento Informado, Livre e Esclarecido permite informar todos e todas os/as participantes da investigação, de forma clara e inequívoca, sobre o processo de recolha e tratamento de dados relativos ao estudo que se desenvolve no âmbito do Mestrado em Educação Social: Especialização de Crianças e Jovens em Risco do ISCE - Instituto Superior de Ciências Educativas e que tem como objetivo analisar os contatos mantidos com menores via online (através da internet, redes sociais, chat), bem como identificar o conhecimento existente por parte dos/as Alunos/as, Professores/as e Encarregados/as de Educação acerca dos riscos subjacentes ao uso inadequado da internet.

A participação no presente estudo é totalmente voluntária e assenta na recolha de informação através do preenchimento de inquéritos por questionário. Ao aceitar participar no presente estudo, solicita-se que responda de forma sincera a todas as questões que lhe serão apresentadas. Toda a informação recolhida será confidencial e será só utilizada para fins investigativos.

Mais se informa que se tiver alguma dúvida ao longo de toda a investigação poderá contactar a investigadora, Ana Rita Esteves através do endereço de e-mail ana.rita.c.esteves@gmail.com e investigadora Anabela Figueiredo através do endereço de e-mail anabelafigueiredo@lusofactor.pt.

***Obrigatório**

1. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Declaro que li e aceito participar na presente investigação e que concordo com os termos apresentados.
- ☐ Declaro que li e não aceito participar na presente investigação.

22/07/2020

Grooming Online Alunos/as

Grooming Online Alunos/as

Caro/a Aluno/a,

Começamos por agradecer a sua disponibilidade para participar no estudo sobre o Grooming Online (aliciamento de crianças e jovens por internet) que se realiza no âmbito do Mestrado em Educação Social: Especialização de Crianças e Jovens em Risco do ISCE - Instituto Superior de Ciências Educativas.

O presente inquérito por questionário, é de fácil e rápido preenchimento (2 minutos), apresenta como objetivos: analisar os contatos mantidos com menores via online (através da internet, redes sociais, chat), bem como identificar o conhecimento existente por parte dos/as Alunos/as, Professores/as e Encarregados/as de Educação acerca dos riscos subjacentes ao uso inadequado da internet.

Apelando à sua sinceridade, pedimos a sua colaboração no preenchimento do inquérito que se apresenta, garantindo o anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos e esclarecendo que os resultados obtidos serão unicamente utilizados para fins investigativos.

Encontrando-nos totalmente disponíveis para o esclarecimento de qualquer dúvida através do email: ana.rita.c.esteves@gmail.com (Ana Rita Esteves) e anabelafigueiredo@lusofactor.pt (Anabela Figueiredo), agradecemos a sua colaboração.

Com os melhores cumprimentos,
Ana Rita Esteves e Anabela Figueiredo.

Dados Sociodemográficos

2. 1.1 - Sexo: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Feminino

☐ Masculino

3. 1.2 - Data de Nascimento: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

22/07/2020

Grooming Online Alunos/as

4. 1.3 - Ano que se encontra a frequentar: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 5º ano
- ☐ 6º ano
- ☐ 7º ano
- ☐ 8º ano
- ☐ 9º ano
- ☐ 10º ano
- ☐ 11º ano
- ☐ 12º ano

5. 1.4 - Estabelecimento de ensino que frequenta: *

2-Utilização da internet

6. 2.1- Utiliza regularmente a internet? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim;
- ☐ Não.

22/07/2020

Grooming Online Alunos/as

7. 2.1.1- Se sim, quantas horas costuma estar na internet? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menos de 1 hora por dia;
- ☐ 1 hora a 2 horas por dia;
- ☐ 2 horas a 3 horas por dia;
- ☐ 3 horas a 4 horas por dia;
- ☐ 4 horas a 5 horas por dia;
- ☐ Mais de 5 horas por dia.

8. 2.2- Utiliza redes sociais? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

9. 2.2.1- Se sim, quais? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Facebook
- ☐ Twitter
- ☐ Instagram
- ☐ WhatsApp
- ☐ LinkedIn

Outra: ☐ _____

22/07/2020

Grooming Online Alunos/as

10. 2.2.2- Quantas horas costuma estar nas redes sociais? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menos de 1 hora por dia
- ☐ 1 hora a 2 horas por dia
- ☐ 2 horas a 3 horas por dia
- ☐ 3 horas a 4 horas por dia
- ☐ 4 horas a 5 horas por dia
- ☐ Mais de 5 horas por dia

3-
Grooming
Online

Grooming é o processo em que alguém cria uma ligação emocional com uma criança para ganhar a sua confiança, com o objetivo final de abuso ou exploração sexual (Planken, 2015).

11. 3.1- Já tinha ouvido falar da terminologia grooming: aliciamento com o objetivo final de abuso ou exploração sexual? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

12. 3.2- Na sua opinião, o grooming online acontece com que frequência? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca;
- ☐ Poucas vezes;
- ☐ Algumas vezes;
- ☐ Muitas vezes;
- ☐ Sempre;

22/07/2020

Grooming Online Alunos/as

13. 3.3 – Pensa que o grooming online pode ocorrer entre: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Pessoas desconhecidas;
- ☐ Familiares;
- ☐ Grupo de Pares;
- ☐ Todas as respostas;
- ☐ Nenhuma das respostas anteriores;

14. 3.4- Classifique o nível de importância do fenómeno grooming online nos dias de hoje: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nada importante;
- ☐ Pouco importante;
- ☐ Importante;
- ☐ Muito importante;
- ☐ Extremamente importante;

15. 3.5- Conhece a existência da Linha de Apoio (800219090) que pode contactar para denunciar um caso de grooming online? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, conheço;
- ☐ Não, não tenho conhecimento.

4- Fatores de Risco e Proteção

22/07/2020

Grooming Online Alunos/as

16. 4.1- Já manteve contato com desconhecidos via internet? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca;
☐ Poucas vezes;
☐ Algumas vezes;
☐ Muitas vezes;
☐ Sempre;

17. 4.2- Já recebeu alguma proposta de trocas de imagens ou de outro tipo de conteúdos de cariz sexual? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca;
☐ Poucas vezes;
☐ Algumas vezes;
☐ Muitas vezes;
☐ Sempre;

18. 4.3- Costuma falar sobre sexo na internet? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca;
☐ Poucas vezes;
☐ Algumas vezes;
☐ Muitas vezes;
☐ Sempre;

22/07/2020

Grooming Online Alunos/as

19. 4.3.1- Caso tenha ocorrido, com quem teve essas conversas? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Amigo(a)
☐ Desconhecido(a)
☐ Familiar

Outra: ☐ _____

20. 4.4- Aquando das suas conversas via internet já: 4.4.1- Lhe disseram que não devia contar a ninguém sobre as conversas tidas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca;
☐ Poucas vezes;
☐ Algumas vezes;
☐ Muitas vezes;
☐ Sempre;

21. 4.4.2- Existiram ameaças ou oferta de presentes? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca;
☐ Poucas vezes;
☐ Algumas vezes;
☐ Muitas vezes;
☐ Sempre;

22. 4.5- Já alguém falou consigo sobre os potenciais riscos associados ao uso da internet? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

22/07/2020

Grooming Online Alunos/as

23. 4.5.1- Se sim, quem? *

Marcar tudo o que for aplicável.☐ Encarregado/a de Educação☐ Familiares☐ Amigos/as☐ ProfessoresOutra: ☐ _____

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Apêndice 3

22/07/2020

Professores/as

Professores/as

Caro/a Participante,

O presente Consentimento Informado, Livre e Esclarecido permite informar todos e todas os/as participantes da investigação, de forma clara e inequívoca, sobre o processo de recolha e tratamento de dados relativos ao estudo que se desenvolve no âmbito do Mestrado em Educação Social: Especialização de Crianças e Jovens em Risco do ISCE - Instituto Superior de Ciências Educativas e que tem como objetivo analisar os contatos mantidos com menores via online (através da internet, redes sociais, chat), bem como identificar o conhecimento existente por parte dos/as Alunos/as, Professores/as e Encarregados/as de Educação acerca dos riscos subjacentes ao uso inadequado da internet.

A participação no presente estudo é totalmente voluntária e assenta na recolha de informação através do preenchimento de inquéritos por questionário. Ao aceitar participar no presente estudo, solicita-se que responda de forma sincera a todas as questões que lhe serão apresentadas. Toda a informação recolhida será confidencial e será só utilizada para fins investigativos.

Mais se informa que se tiver alguma dúvida ao longo de toda a investigação poderá contactar a investigadora, Ana Rita Esteves através do endereço de e-mail ana.rita.c.esteves@gmail.com e investigadora Anabela Figueiredo através do endereço de e-mail anabelafigueiredo@lusofactor.pt.

***Obrigatório**

1. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Declaro que li e aceito participar na presente investigação e que concordo com os termos apresentados.
- ☐ Declaro que li e não aceito participar na presente investigação.

22/07/2020

Professores/as

Grooming
Online
Professores/as

Caro/a Professor/a,

Começamos por agradecer a sua disponibilidade para participar no estudo sobre o Grooming Online (aliciamento de crianças e jovens por internet) que se realiza no âmbito do Mestrado em Educação Social: Especialização de Crianças e Jovens em Risco do ISCE - Instituto Superior de Ciências Educativas.

O presente inquérito por questionário, é de fácil e rápido preenchimento (2 minutos), apresenta como objetivos: analisar os contatos mantidos com menores via online (através da internet, redes sociais, chat), bem como identificar o conhecimento existente por parte dos/as Alunos/as, Professores/as e Encarregados/as de Educação acerca dos riscos subjacentes ao uso inadequado da internet.

Apelando à sua sinceridade, pedimos a sua colaboração no preenchimento do inquérito que se apresenta, garantindo o anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos e esclarecendo que os resultados obtidos serão unicamente utilizados para fins investigativos.

Encontrando-nos totalmente disponíveis para o esclarecimento de qualquer dúvida através do email: ana.rita.c.esteves@gmail.com (Ana Rita Esteves) e anabelafigueiredo@lusofactor.pt (Anabela Figueiredo), agradecemos a sua colaboração.

Com os melhores cumprimentos,
Ana Rita Esteves e Anabela Figueiredo.

Dados Sociodemográficos

2. 1.1 - Sexo: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Feminino

☐ Masculino

3. 1.2 - Data de Nascimento: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

22/07/2020

Professores/as

4. 1.3 - Ano(s) escolar(es) que leciona: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ 1º ano
- ☐ 2º ano
- ☐ 3º ano
- ☐ 4º ano
- ☐ 5º ano
- ☐ 6º ano
- ☐ 7º ano
- ☐ 8º ano
- ☐ 9º ano
- ☐ 10º ano
- ☐ 11º ano
- ☐ 12º ano

5. 1.4- É Diretor(a) de Turma? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não *Avançar para a pergunta 7*

Dados Sociodemográficos

22/07/2020

Professores/as

6. 1.4.1- Se sim, qual/quais o(s) ano(s) escolar(es)?

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ 1º ano
- ☐ 2º ano
- ☐ 3º ano
- ☐ 4º ano
- ☐ 5º ano
- ☐ 6º ano
- ☐ 7º ano
- ☐ 8º ano
- ☐ 9º ano
- ☐ 10º ano
- ☐ 11º ano
- ☐ 12º ano

2-
Grooming
Online

Grooming é o processo em que alguém cria uma ligação emocional com uma criança para ganhar a sua confiança, com o objetivo final de abuso ou exploração sexual (Planken,2015).

7. 2.1- Já tinha ouvido falar sobre o fenómeno grooming online? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, já tinha ouvido;
- ☐ Não, nunca tinha ouvido antes.

8. 2.2- Na sua opinião, o grooming acontece com que frequência? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes;
- ☐ Algumas vezes;
- ☐ Muitas vezes;
- ☐ Sempre;

22/07/2020

Professores/as

9. 2.3- Classifique o nível de importância do fenómeno grooming online nos dias de hoje: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nada importante;
☐ Pouco importante;
☐ Importante;
☐ Muito importante;
☐ Extremamente importante;

10. 2.4- Tem conhecimento se algum(s)/a(s) do(s)/a(s) seu(s)/a(s) aluno(s)/a(s) já foi vítima de grooming online? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, conheço;
☐ Não, não tenho conhecimento.

11. 2.5. Como agiria perante uma situação de vitimização de grooming? *

12. 2.6- O seu estabelecimento de ensino tem desenvolvido ações sobre as potencialidades e os riscos associados ao uso da internet? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

22/07/2020

Professores/as

13. 2.6.1- Se sim, qual/quais o(s) público(s)-alvo? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Alunos/as;
☐ Professores/as;
☐ Encarregados/as;
☐ Associação de pais;

Outra: ☐ _____

14. 2.6.1.2- Quais os temas que têm sido abordados? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ O falar com estranhos;
☐ A partilha de conteúdos sexuais ou imagens de pessoas nuas;
☐ A partilha de imagens pessoais;
☐ Como identificar notícias verdadeiras de notícias falsas;
☐ Oportunidades de participação cívica online;
☐ Cyberbullying;
☐ Exposição a conteúdos inapropriados;
☐ Grooming;
☐ Sexting;
☐ Extorsão;

Outra: ☐ _____

15. 2.7 - Conhece a existência da Linha de Apoio (800219090) que pode contactar para denunciar um caso de grooming online? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, conheço;
☐ Não, não tinha conhecimento.

22/07/2020

Professores/as



Agradecemos a sua participação

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Apêndice 4

De: mime-noreply@gepe.min-edu.pt
 Assunto: Monotorização de Inquéritos em Meio Escolar: Inquérito nº 0702200001
 Data: 17 de outubro de 2019, 11:34:58 WEST
 Para: filipa.coelhoso@isce.pt, filipa.coelhoso@isce.pt

Exmo(a)s. Sr(a)s.

O pedido de autorização do inquérito n.º 0702200001, com a designação *Grooming online - Inquérito Professores, Encarregados de Educação e Estudantes*, registado em 20-09-2019, foi aprovado.

Avaliação do inquérito:

Exmo.(a) Senhor(a) Filipa Coelhoso [SEP] Venho por este meio informar que o pedido de realização de inquérito em meio escolar é autorizado uma vez que, submetido a análise, cumpre os requisitos, devendo atender-se às observações aduzidas. [SEP] Com os melhores cumprimentos [SEP] José Vitor Pedroso [SEP] Diretor-Geral [SEP] DGE

Observações:

a) A realização dos Inquéritos fica sujeita a autorização das Direções dos Agrupamentos de Escolas do ensino público do concelho de Odivelas, a contactar para a realização do estudo. Merece especial atenção o modo, o momento e condições de aplicação dos instrumentos de recolha de dados em meio escolar, porque onerosos e sensíveis, devendo fazer-se em estreita articulação com as Direções dos Agrupamentos. [SEP] b) Informa-se que a DGE não é competente para autorizar a realização de estudos/aplicação de inquéritos ou outros instrumentos em estabelecimentos de ensino privados e a realização de intervenções educativas/desenvolvimento de projetos e atividades/programas de intervenção/formação em meio escolar dadas as competências da Escola/Agrupamento, nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão estratégica, entre outras. Os órgãos de gestão pedagógica e educativa, (a Direção, o Conselho Pedagógico e o Conselho Geral) melhor decidirão sobre a realização destas matérias. [SEP] c) Deve considerar-se o disposto legal em matéria de garantia de anonimato

dos sujeitos, confidencialidade, proteção e segurança dos dados. Considerados os documentos que foram anexados e para efeitos da proteção de dados pessoais a recolher junto dos inquiridos, em cumprimento da legislação em vigor (Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados), resultam obrigações que o responsável se propõe cumprir. Destas deve dar conhecimento a todos os inquiridos (ou seus representantes legais) e a quem intervenha na recolha e tratamento de dados pessoais. É obrigatório recolher as declarações de consentimento informado e esclarecido a utilizar junto dos inquiridos e estas deverão ser presentes com os inquéritos para recolha do prévio consentimento dos inquiridos (sua anuência/concordância com o que lhe é efetivamente proposto responder). Não deve haver cruzamento ou associação de dados entre os que são recolhidos pelos instrumentos de inquirição e os constantes das declarações de consentimento informado.^[1]_[SEP]d) No caso presente, ao ser utilizada uma plataforma tecnológica para registo de dados, deve-se acautelar que as questões colocadas pelos instrumentos de inquirição/registo devem ser respondidas apenas pelo destinatário pretendido (proceder-se à inquirição através de um único acesso - *link* da plataforma a utilizar - utilizando-se um ou mais computadores a disponibilizar para o efeito na escola, ou outra forma considerada adequada àquele propósito). Em caso de ser instrumento de livre acesso, não é da competência da Direção-Geral da Educação (DGE) autorizar a sua aplicação, uma vez que qualquer pessoa pode responder.

Pode consultar na Internet toda a informação referente a este pedido no endereço <http://mime.gepe.min-edu.pt>. Para tal terá de se autenticar fornecendo os dados de acesso da entidade.